



Gestão Participativa

Relatório de Gestão Participativa

Tribunal de Justiça do Acre

Data: 30/07/2021



Tribunal de Justiça do Acre

Presidente: **Desembargadora Waldirene Oliveira da Cruz Lima Cordeiro**

Magistrados Gestores de Metas¹:

Metas 1, 2, 3, 4 e 6 do 2º Grau e Turmas Recursais:

Desembargador Roberto Barros

Metas 1, 2, 4, 5 e 6 do 1º Grau:

Desembargador Elcio Mendes

Metas 1, 2 e 5 dos Juizados Especiais e Meta 3 do 1º Grau:

Desembargadora Denise Bonfim

Meta 8:

Desembargadora Eva Evangelista

Metas 9 e 12:

Desembargadora Waldirene Cordeiro

Assessor de Gestão Estratégica: **Raimundo Angelim Vasconcelos**

Responsável pelos processos participativos: **Evandro Luzia Teixeira**

¹ Portarias Conjuntas nº 10 de 15/03/2021 e nº 16, de 06/05/2021.



ATIVIDADES REALIZADAS

ATIVIDADE 1: Reunião com Desembargadores do Tribunal de Justiça do Acre para apresentação de proposta metodológica para: - elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Acre; e – contribuições com a elaboração das Metas Nacionais 2022 do Poder Judiciário

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

16 de março de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	2	-	-
-	8			



ATIVIDADE 2: Reunião com Magistrados do Tribunal de Justiça do Acre para apresentação de proposta metodológica para: - elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Acre; e – contribuições com a elaboração das Metas Nacionais 2022 do Poder Judiciário

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

18 de março de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	3	-	-
25	1			



ATIVIDADE 3: Reunião com Diretores de Secretaria do 1º Grau do Tribunal de Justiça do Acre para contribuir com: - elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Acre; e – contribuições com a elaboração das Metas Nacionais 2022 do Poder Judiciário

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

23 de março de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	84	-	-
-	1			



ATIVIDADE 4: Encontro com parceiros da sociedade civil para: - formação de cenário para elaboração do Plano Estratégico (PE) do Poder Judiciário Acreano 2021-2026; e – contribuições para construção das Metas Nacionais 2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

16 de abril de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	7	29	-
1	-			

OBSERVAÇÕES:

Participaram da reunião os seguintes segmentos da sociedade civil: representação carcerária, mulheres, negros, juventude, povos indígenas, religiosos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas e produtores rurais, moradores de periferias, comunidade e pesquisadores acadêmicos.



ATIVIDADE 5: Encontro com operadores do direito para construção de cenário para: - elaboração do Plano Estratégico (PE) PJAC 2021-2026; e – contribuições com as Metas Nacionais 2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

20 de abril de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Operadores do Direito
1º grau	2º grau	7	-	6
-	1			

OBSERVAÇÕES:

Participaram da reunião representantes das seguintes instituições: Ministério Público do Estado do Acre, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, Procuradoria Geral do Estado do Acre, Polícia Civil do Estado do Acre, Procuradoria Geral do Município de Rio Branco e Procuradoria Geral do Município de Cruzeiro do Sul.



ATIVIDADE 6: Reunião com desembargadores para: - elaboração do Plano Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026; e – contribuições com a construção das Metas Nacionais 2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

23 de abril de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	8	-	-
-	7			



ATIVIDADE 7: Reunião com juízes para elaboração do Plano Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026 e contribuições às Metas Nacionais 2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

27 de abril de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau	11	-	-
37	3			



ATIVIDADE 8: Reunião do Subcomitê Norte da Justiça Estadual – Contribuições para Elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

08 de junho de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			
-	-	9	-	-

OBSERVAÇÕES:

Participaram da reunião servidores do TJAC, TJAP, TJAM, TJPA, TJRO, TJRR e TJTO.



ATIVIDADE 9: Reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) para discussão das Metas Nacionais 2022 e elaboração do Plano de Ação 2021-2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

21 de junho de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Consultora
1º grau	2º grau	2	-	1
2	1			

OBSERVAÇÕES:

Consultora do CNJ/PNUD para implantação do Projeto 'Fazendo Justiça'.



ATIVIDADE 10: Reunião com Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e Coordenadoria da Infância e Adolescência (CIJ) para discussão das Metas Nacionais 2022 e elaboração dos Planos de Ação 2021-2022

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

29 de junho de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Consultores
1º grau	2º grau	5	-	2
2	2			

OBSERVAÇÕES:

Consultores do CNJ/PNUD para implantação do projeto 'Fazendo Justiça'.



ATIVIDADE 11: Reunião com Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e da Coordenadoria da Infância e Adolescência (CIJ) para elaboração dos Planos de Ação 2021-2022, alinhados às Metas Nacionais

MODALIDADE UTILIZADA

Videoconferência

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

02 de julho de 2021, utilizando ferramenta de reunião virtual

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Consultor
1º grau	2º grau	4	-	1
2	-			

OBSERVAÇÕES:

Consultores do CNJ/PNUD para implantação do projeto 'Fazendo Justiça'.



ATIVIDADE 12: Consulta pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2022

MODALIDADE UTILIZADA

Consulta Pública

DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Período de consulta: 05 a 18 de julho de 2021, por meio de formulário eletrônico, disponível no link: <http://www5.tjba.jus.br/gestaoparticipativa/>

INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados 1º e 2º graus	Servidores	Membros do MP	Defensores Públicos	Advogados	Cidadãos
6	253	5	3	3	51

OBSERVAÇÕES:

A consulta pública foi realizada pela Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual e os 27 Tribunais Estaduais do Brasil (TJAC, TJAL, TJAP, TJAM, TJBA, TJCE, TJDFT, TJES, TJGO, TJMA, TJMT, TJMS, TJMG, TJPA, TJPB, TJPR, TJPE, TJPI, TJRJ, TJRN, TJRS, TJRO, TJRR, TJSC, TJSP, TJSE e TJTO) se uniram mais uma vez para juntos conduzirem um processo de Gestão Participativa, todos realizaram a pesquisa em seus estados e, de forma democrática, possibilitaram à sociedade, emitir suas opiniões e considerações acerca das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2022, a pesquisa teve o seguinte lema "Gestão Participativa, juntos por uma Justiça ainda melhor".



ANEXO I - ATIVIDADE 1

➡ Lista de presença

Magistrados 2º grau

1. Desa. Presidente Waldirene Cordeiro
2. Desa. Eva Evangelista
3. Des. Pedro Ranzi
4. Desa. Denise Bonfim
5. Desa. Regina Ferrari
6. Des. Laudivon Nogueira
7. Des. Júnior Alberto
8. Des. Luis Camolez

Servidores

1. Raimundo Angelim - Diretor de Gestão Estratégica
2. Evandro Luzia - Gerente de Planejamento Estratégico

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA Reunião com Desembargadores do Tribunal de Justiça do Acre para apresentação de proposta metodológica: elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Acre e contribuições para elaboração das Metas Nacionais 2022 do Poder Judiciário		
LOCAL Reunião virtual via GoogleMeet	DATA 16/03/2021	HORÁRIO 11h às 12h30
OBJETIVO / PAUTA 1. Apresentação conceito básico da proposta; 2. Apresentação do desenho metodológico e 3. Considerações dos participantes.		
DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS O desenvolvimento da reunião seguiu a ordem proposta na pauta. 1. A presidente apresentou os objetivos do encontro, agradeceu aos presentes, justificou o motivo e importância da reunião para o Tribunal de Justiça do Acre. O Diretor Raimundo angelim apresentou o conceito e justificou a importância da elaboração do Planejamento Estratégico com profissionais do Tribunal de Justiça, observando a conjuntura econômica do Estado e do Tribunal, havendo, portanto, a necessidade de iniciar um processo de prospecção da demanda ou problemas que devam ser objeto da política nacional, os quais serão traduzidos nas Metas Nacionais 2022. Abertura do momento da proposta: A Desembargadora Presidente falou sobre a feitura do Planejamento Estratégico, destacando a importância de ser feito pela equipe, e evidenciou		

a importância do envolvimento de todos no processo de elaboração do Planejamento Estratégico e na compreensão das Metas Nacionais.

Justificativa de elaboração por servidores: o Diretor Raimundo Angelim informou que foi feita uma análise do orçamento para o corrente ano e que diante de um cenário de dificuldade do ponto de vista econômico e, observando ainda, a possibilidade de queda do FPE (Fundo de Participação dos Estados) que impactará, negativamente, nos repasses às instituições, além dos riscos econômicos gerados pela pandemia, é prudente evitar gastos. Porém, lembrou da exigência do CNJ de que todos os tribunais deverão elaborar seus planejamentos até junho de 2021. Neste sentido, atendendo as orientações do CNJ e observando a dificuldade econômica, tornou-se salutar elaborar o Planejamento Estratégico somando o potencial e a capacidade técnica da equipe do TJ que já possui experiência de outros momentos de elaboração, como forma de otimizar o processo, paralelamente também será realizada a consulta sobre quais problemas devam ser objeto da política a ser proposta pelo CNJ, para a qual se espera obter informações relevantes, sugestões e opiniões prévias à proposição das Metas Nacionais 2022.

2. Apresentou-se uma reflexão conceitual sobre o ato de planejar e as práticas necessárias para um bom planejamento.

Apresentação ideia conceitual: Foi salientado a importância da ampla participação, tanto dos servidores quanto dos jurisdicionados, entendendo de que é um princípio da participação e em consonância com as resoluções, especialmente a 325 do CNJ. O Diretor informou de que serão observadas as formas e métodos condizentes ao processo, para a (re)formulação dos Objetivos Estratégicos, Metas, Ações, Indicadores, que deverão ter ampla avaliação durante o processo, pois o planejamento não se encerra em si.

Apresentação da metodologia: Durante a exposição, foram apresentadas as ideias básicas, em conformidade com o padrão técnico, para a realização e construção do Planejamento Estratégico. A apresentação das propostas foi feita por Evandro Luzia, quando explanou sobre o desenho metodológico e esclareceu como acontecerão as oficinas, reuniões, encontros, escutas e aplicação de questionários, sempre em formato virtual, ressaltando os casos especiais.

IDEIAS GERAIS A SEREM OBSERVADAS COMO PRINCÍPIOS:

- Atentar para histórico de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Acre;
- Elaborar de forma articulada aos conceitos defendidos pelo o CNJ e as orientações manifestadas nas suas resoluções, em especial as 221/2016 e 325/2020, buscando referências de (re)alinhamento nos planejamentos anteriores;
- Garantir um amplo processo de participação (envolvendo Desembargadores, Magistrados, Servidores e Sociedade);
- Identificar e analisar cenários, definir procedimentos de acordo com a realidade;
- Elaborar Planejamento focando na realidade, à luz das orientações do CNJ;
- Redefinir a base estrutural de Planejamento respeitando as técnicas necessárias; e
- Utilizar de recursos e técnicas observando o atual momento (usar dos recursos virtuais como forma de ampliar e garantir a maior participação possível).

Após a apresentação, a Presidenta convidou aos participantes para manifestação individual. Todos assim o fizeram e aprovaram a proposta metodológica apresentada, fazendo apontamentos e observações pertinentes ao processo.

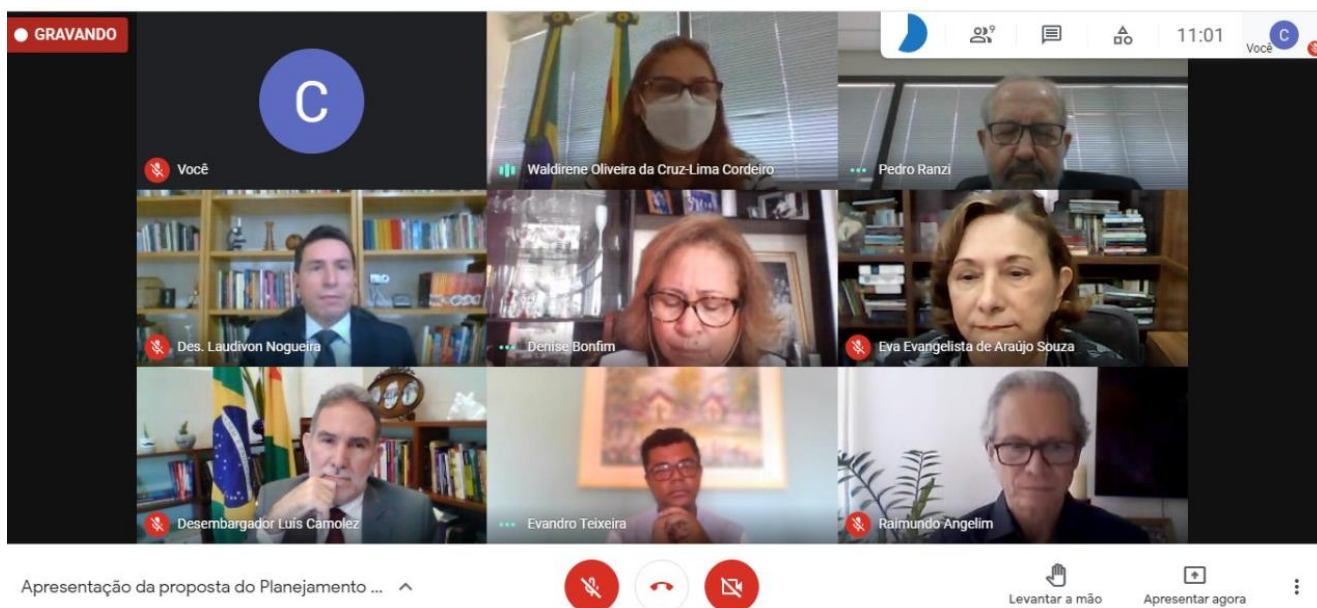
3. Reflexões e contribuições dos Desembargadores:

Após a apresentação contribuições foram feitas, sendo:

- Reconhecimento da importância do ato de planejar e a sinalização de confiança na equipe técnica, de forma que se possa identificar o ambiente a partir dos olhares dos participantes de acordo com a realidade local. Existem vantagens em fazer um planejamento com equipe interna, sobretudo por ser uma revisão do planejamento estratégico em vigência;
- Foi sugerida a leitura avaliativa do que foi feito anteriormente a partir dos outros planejamentos estratégicos e identificar os pontos forte e fracos. Importa também, de acordo com as oficinas, construir os cenários da Instituição sobre o que deve ser esperado;
- O TJAC deve encarar as dificuldades como desafios, observando também a relação com o CNJ que estabelece as diretrizes. Deve, portanto, entender a realidade e as dificuldades locais.
- O TJAC deve administrar com cuidado, cobrar e avaliar o planejamento e realinhá-lo conforme a necessidade e realidade;
- Os planejamentos anteriores devem ser vistos como escolas. Neste momento, o TJAC tem capacidade técnica para desenvolver a proposta; a estrutura pode ser repensada conforme o novo momento. Deve ser visto como plano de voo preparado para os momentos diante das adversidades;
- As cobranças institucionais devem ser vistas como importantes, por elas podem contribuir para o desempenho e realizações importantes;
- É importante a compreensão sobre realinhamento, além da atenção necessárias às questões referentes à sustentabilidade e outras demandas internas como os passivos e outras questões pertinentes ao corpo institucional. Lembrar o período de crise é um bom momento para crescer;
- Refletir sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário é a forma que o TJAC tem de contribuir com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Após as reflexões e contribuições foi encerrada a reunião com aprovação da proposta e agradecimento final da Presidenta, que se prontificou em realizar os momentos de participação e colocar todos a par das informações referentes aos procedimentos internos.

➡ Print da reunião





ANEXO II - ATIVIDADE 2

➡ Lista de presença

Magistrados 2º Grau

1. Desembargadora Presidente Waldirene Cordeiro

Magistrados 1º Grau

1. Dra. Andrea Brito
2. Dr. Leandro Gross
3. Dra. Admaura Cruz
4. Dr. Alex Oivane
5. Dra. Carolina Bragança
6. Dr. Dannel Bomfim
7. Dr. Edinaldo Muniz
8. Dra. Evelin Bueno
9. Dr. Gilberto Matos
10. Dr. Giordane Dourado
11. Dr. Hugo Torquato
12. Dra. Isabelle Sacramento
13. Dra. Ivete Tabalipa
14. Dra. Joelma Nogueira
15. Dra. Louise Kristina
16. Dr. Marcelo Carvalho
17. Dr. Marcelo Carvalho
18. Dr. Marcos Rafael
19. Dra. Maria Rosinete dos Reis
20. Dra. Mirla Regina
21. Dr. Rafael Souza
22. Dr. Robson Aleixo
23. Dra. Shirlei Hage
24. Dra. Zenair Bueno
25. Dra. Zenice Cardozo

Servidores

1. Evandro Luiza – Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento
2. Raimundo Angelim – Diretor de Gestão Estratégica
3. José Carlos Martins Júnior - Gabinete de Desembargador

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Reunião com Magistrados do Tribunal de Justiça do Acre para apresentação de proposta metodológica: - elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Acre; e – contribuições para elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário

LOCAL

Reunião virtual via GoogleMeet

DATA

18/03/2021

HORÁRIO

14h30 às 15h30



OBJETIVO / PAUTA

1. Apresentação conceito básico da proposta;
2. Apresentação do desenho metodológico; e
3. Considerações dos participantes.

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

O desenvolvimento da reunião seguiu a ordem proposta na pauta.

1. A presidente apresentou os objetivos do encontro, agradeceu aos presentes, justificou o motivo e importância da reunião para o Tribunal de Justiça do Acre.

O Diretor Raimundo Angelim apresentou o conceito e justificou a importância da elaboração do Planejamento Estratégico com profissionais do Tribunal de Justiça, observando a conjuntura econômica do Estado e do Tribunal.

Abertura do momento de apresentação da proposta: A Desembargadora Presidente falou sobre a feitura do Planejamento Estratégico, destacando a importância de ser feito pela equipe, e evidenciou a importância do envolvimento de todos no processo de elaboração do Planejamento Estratégico e na compreensão das Metas Nacionais. A Presidente falou do processo de participação, além de enfatizar que "planejar é a forma de reduzir ruídos e obstáculos na Gestão".

Justificativa de elaboração por servidores: O O Diretor Raimundo Angelim informou que foi feita uma análise do orçamento para o corrente ano e que diante de um cenário de dificuldade do ponto de vista econômico e, observando ainda, a possibilidade de queda do FPE (Fundo de Participação dos Estados) que impactará, negativamente, nos repasses às instituições, além dos riscos econômicos gerados pela pandemia, é prudente evitar gastos. Porém, lembrou da exigência do CNJ de que todos os tribunais deverão elaborar seus planejamentos até junho de 2021. Neste sentido, atendendo as orientações do CNJ e observando a dificuldade econômica, tornou-se salutar elaborar o Planejamento Estratégico somando o potencial e a capacidade técnica da equipe do TJ que já possui experiência de outros momentos de elaboração, como forma de otimizar o processo, paralelamente também será realizada a consulta sobre quais problemas devam ser objeto da política a ser proposta pelo CNJ, para a qual se espera obter informações relevantes, sugestões e opiniões prévias à proposição das Metas Nacionais 2022.

2. Apresentou-se uma reflexão conceitual sobre o ato de planejar e as práticas necessárias para um bom planejamento, que seja simples, que esteja atento à realidade local, transparente, participativo e que atenda aos pressupostos e orientações do CNJ.

Apresentação ideia conceitual: Foi salientado a importância da ampla participação, tanto dos servidores quanto dos jurisdicionados, entendendo de que é um princípio da participação e em consonância com as resoluções, especialmente as 221/2016 e 325/2020 do CNJ. O Diretor informou de que serão observadas as formas e métodos condizentes ao processo, para a (re)formulação dos Objetivos Estratégicos, Metas, Ações, Indicadores, que deverão ter ampla avaliação durante o processo, pois o planejamento não se encerra em si.

Apresentação da metodologia: Durante a exposição, foram apresentadas as ideias básicas, em conformidade com o padrão técnico, para a realização e construção do Planejamento Estratégico. A apresentação das propostas foi feita por Evandro Luzia, quando explanou sobre o desenho metodológico e esclareceu como acontecerão as oficinas, reuniões,

encontros, escutas e aplicação de questionários, sempre em formato virtual, ressaltando os casos especiais.

Após a apresentação, a Presidenta convidou aos participantes para manifestação individual. Todos assim o fizeram e aprovaram a proposta metodológica apresentada, fazendo apontamentos e observações pertinentes ao processo.

3. Reflexões e contribuições dos Magistrados:

- Os participantes manifestaram favoravelmente ao processo de organização e elaboração do PE, assim como do processo de contribuição na elaboração da Metas Nacionais 2022;
- Foi registrada a importância do reconhecimento do potencial dos servidores da Casa em conduzir o processo;
- Por questões de cuidados técnicos e de gestão foi levantada a necessidade de promover o alinhamento conforme a política do CNJ, além de atender aos referenciais para elaboração das Metas Nacionais 2022 e às questões de sustentabilidade; orçamento; tecnologia para elaboração do PE;
- A questão da participação foi referenciada como atividade fundamental para o TJAC;
- Foi reconhecida a importância da iniciativa da atual gestão;
- A Agenda 2030 teve destaque e reafirmada como necessidade, devida a sua importância para a sociedade e para a instituição;
- Foi solicitado que o calendário de atividades e eventos seja previamente comunicado para a organização de agenda de todos.

Com as devidas observações e contribuições, foi encerrada a reunião com manifestações favoráveis à proposta e com o agradecimento final da Presidenta, que se prontificou em realizar os momentos de participação e colocar todos a par das informações referentes aos procedimentos internos e a disponibilização do calendário elaborado pela equipe técnica.

➡ Print da reunião





ANEXO III - ATIVIDADE 3

➡ Lista de presença

Participaram da reunião servidores de 18 municípios do Estado:

Magistrado 2º grau

1. Desembargadora Waldirene Cordeiro – Presidente

Servidores

2. Raimundo Angelim Vasconcelos - DIGES
3. Aderlany de Menezes Rezende - Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco
4. Adriana Barros de Araújo Cordeiro - Diretora do 1 Jecivel
5. Alana Figueiredo
6. Alcinelia Moreira de Souza
7. Alessandra Rufino - Vara Única da Comarca de Assis Brasil
8. Amanda de Jesus Moraes Bezerra Casas - DIGES
9. Ana Paula Batalha
10. Andreia Mota Lima Vasconcelos – 1ª Vara Cível de Cruzeiro do Sul
11. Angra Antonia Linhares de Araújo - Vara Cível de Feijó
12. Annevaleria Santos
13. Bismarques Oliveira
14. Bruna Nunes Ribeiro de Melo – 2ª Vara de Fazenda Pública
15. Cáren Souza Almeida - Vara Criminal de Mâncio Lima
16. Carinne Correia da Silva - Vara Única Criminal de Rodrigues Alves
17. Carlos César Quintela de Souza
18. Charles Augusto Pires Gonçalves - Diretor de Secretaria da 2ª Vara Cível de Rio Branco
19. Clodomiro - Cerimonial
20. Creuziane Santos de Oliveira
21. Duanne Ribeiro Modesto - 1ª Turma Recursal Rio Branco
22. Eduarda Freitas
23. Elly Andrade
24. Elzo Nascimento - Vara Criminal Senador Guimard
25. Emilly Costa do Nascimento - Vara da Infância e da Juventude de CZS
26. Emmanoel Porfírio Neves Filho - Segundo Juizado Especial Criminal Rio Branco
27. Erika Ribeiro Ximenes - 3º juizado especial cível
28. Eva Vilma Ferreira de Moura - Vara de Registro Público Órfãos e Sucessões e de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Rio Branco
29. Evandro Luzia Teixeira - DIGES
30. Everaldo Nascimento de Castro - Vara Criminal de Xapuri
31. Fábio Messias da Silva Maia - Criminal Plácido de Castro
32. Francirlei de Aquino Lima - Diretor Vara Criminal de Brasileia
33. Francisco Noronha de Azevedo - Vara Única Cível de Acrelândia
34. Glaucio Lopes Felix - 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco



35. Guilherme P.
36. Hélio Oliveira de Carvalho - DILOG
37. Helly Samara de Andrade Lima - Vara de Proteção à Mulher e Execuções Penais de Cruzeiro do Sul
38. Ícaro Terranova
39. Isabel Vieira Gomes - Vara Única Cível da Comarca de Rodrigues Alves
40. Jacikley da Costa Ribeiro - DIGES
41. Jeosafá Neri da Silva - 2ª Vara de Família
42. Joaquim Meireles
43. Jorge Luiz Nascimento Vasconcelos - Primeiro Juizado Especial Criminal Rio Branco
44. Lincoln Pereira Brito - Juizados Especiais de Xapuri
45. Manuelle Vasques Torres - Fórum da Comarca de Porto Acre
46. Marcelo Roza – 4ª Vara Criminal de Rio Branco
47. Marcio Sales Moreira - 2ª Vara Criminal de Cruzeiro do Sul
48. Maria Alciene Oliveira de Araújo Queirós - 2ª Vara da Infância - Comarca de Rio Branco
49. Maria da Conceição Araújo Costa - 2ª Vara Cível de Cruzeiro do Sul
50. Maria Ivandione dos Santos da Silva - 1ª Vara Cível de Rio Branco
51. Maria Izabel Bezerra Oliveira - Vara Criminal de Epitaciolândia
52. Maria José de Oliveira Leão - Diretora de Secretaria da Vara Criminal Tarauacá
53. Maria Tereza Sampaio Dell Orto - Vara Criminal de Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus
54. Maricela de Oliveira - 2ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco
55. Mario Luís Santos da Silva – DIGES
56. Marley Emmanuela Cavalcante de Albuquerque - CEJUSC-RB
57. Martinele Gadelha
58. Michel Feitoza Mendonça - Vara Criminal de Feijó
59. Michele de Andrade Lima
60. Nahyma Santiago de Araújo – 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar de Rio Branco
61. Neure Soares - Juizado Especial Criminal de Cruzeiro do Sul
62. Paloma Souza Lima - Diretora de Secretaria da Vara Cível de Capixaba
63. Raimundo Lucivaldo Firmino do Nascimento - Diretor da Vara Cível de Tarauacá
64. Raissa Fernanda Gomes Jucá
65. Regis Welington Aires Alves de Freitas - 5ª VARA CÍVEL
66. Renêe Marçal
67. Rosenilde Ferreira de Souza Mesquita – 1ª Vara Criminal de Cruzeiro do Sul
68. Rosineide S. de Azevedo - Juizado da Fazenda Pública de Rio Branco
69. Sean Campos de Souza - Supervisor Administrativo no 1º Juizado Especial Cível/Rio Branco
70. Senauria Bezerra de Moura - VACIV de Xapuri.
71. Sergio Luiz Loureiro Castro - Vara de Delitos de Roubo e Extorsão
72. Sheila Martins
73. Shirley da Silva Santos Ferreira- Vara de Execução Fiscal de Rio Branco
74. Sílni Rogéria Farias Figueiredo - Vara Criminal de Sena Madureira



75. Silvia Helena Costa Brilhante - DIGES
76. Simandes Pereira da Silva - Ouvidoria de Justiça
77. Thairine Stéfani Bezerra Lima - Juizado Especial Cível e de Fazenda Pública-Comarca de Cruzeiro do Sul/AC
78. Thiago Jacoud Martins - 4ª Vara Cível de Rio Branco
79. Valéria Brandão de Sousa da Cunha - Vara Cível da Comarca de Plácido de Castro
80. Veralice Meira Rocha - Vara Cível de Brasília
81. Verônica Nery
82. Wanderley Nogueira - RBJUV01
83. Wellington Lima de Souza – 1ª Vara do Júri
84. Williams Daniel Menezes de Souza - Diretor da Vara Cível da Comarca de Manoel Urbano
Yuri Bambirra

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA Reunião com Diretores de Secretaria do 1º Grau do Tribunal de Justiça do Acre para contribuir com: - elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado do Acre; e – contribuições para elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário		
LOCAL Reunião virtual via GoogleMeet	DATA 25/03/2021	HORÁRIO 15h às 17h20
OBJETIVO / PAUTA O objetivo da Oficina consistiu em: 4. Prospecção, sugestões e opiniões dos problemas objeto da política a ser proposta pelo CNJ para construção das Metas Nacionais 2022; 5. Nivelar o conhecimento sobre o processo de elaboração do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre em anos anteriores; e 6. Formar a primeira visão do ambiente interno do TJAC, a partir da escuta dos Diretores de Secretarias – 1º Grau, por meio de perguntas orientadoras.		
DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS A abertura foi realizada pela Desembargadora-presidenta, Waldirene Cordeiro, que fez uma saudação aos participantes e em seguida, contextualizou sua decisão de elaborar, com os servidores e servidoras da Casa, o Plano Estratégico para os próximos 6 anos, entre eles: a capacidade da equipe em o fazê-lo e a situação orçamentária do TJAC. Destacou ainda, o contexto de dificuldade econômica e sanitária em que se dará o processo, e que conta com o conhecimento e comprometimento de todos servidores e de todas servidoras para superação destas dificuldades, além de que, um planejamento elaborado pelos próprios funcionários e funcionárias será muito mais assertivo, pois será elaborado por pessoas que conhecem os problemas locais, conferindo também muito mais transparência ao processo, além de otimizar os recursos. Durante a reunião também foram discutidos os problemas que devem ser pauta da Estratégia Nacional, em particular, as Metas Nacionais para 2022, de forma que o TJAC possa contribuir com o aperfeiçoamento da Justiça Nacional.		



Na sequência, o Diretor de Gestão Estratégica, Raimundo Angelim, saudou os participantes e mencionou sua honra em ter sido designado pela Desembargadora-presidenta para coordenar este processo tão importante para o TJAC. Parabenizou a Presidenta pela decisão de elaborar o PE com os servidores e servidoras do Tribunal comem seguida, informou sobre as outras reuniões e oficinas já realizadas, e destacou o desafio de fazer esse trabalho de forma remota, considerando todas as limitações impostas pela Pandemia.

O Diretor Angelim ressaltou a importância deste processo, pois vai traçar rumos para os próximos 6 anos, perpassando por 3 gestões do TJAC; destacou ainda, que o método segue os princípios e pressupostos de um 'planejamento clássico' e as orientações da Resolução CNJ nº 325/2020. Ao final, espera que o documento reflita a complexidade de todo o território do Estado do Acre, as especificidades locais de cada município; e espelhe os sentimentos e anseios dos servidores e servidoras do TJAC, além da visão da sociedade, pois esta também será consultada. Destacou a importância do processo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional do Brasil.

Em seguida, o Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, Evandro Luzia, destacou que o método utilizado para elaborar o PE, contempla de forma muito significativa a representação de todos os segmentos internos e externos da Instituição, o que confere ao planejamento, qualidade no seu processo de escuta e consulta. A partir destas consultas serão formados os cenários de ambiente, tanto interno e externo, sempre levando em conta a situação orçamentária, para traçar o objetivos e metas para os próximos 6 anos, assim como as Metas Nacionais para 2022.

Momento 1 – Socialização da proposta e do conceito de trabalho

Na sequência, o membro da Comissão, Jacikley Ribeiro (DIGES), apresentou a programação do evento e explicou o trabalho a ser realizado durante a Oficina.

Este momento teve por objetivo a socialização dos processos anteriores de elaboração de PEs e apresentação da proposta atual, o que se deu de forma dialogada. Ainda para alcançar um dos objetivos do encontro, o membro da Comissão, Célio José Moraes Rodrigues (COGER) fez uma breve exposição de como se deu os processos anteriores de elaboração dos PEs para os ciclos 2010-2014 e 2015-2020, o que foi feito sempre a partir de contratações de consultorias externas.

Como projetos estruturantes/resultados relevantes, atribuídos diretamente aos planejamentos realizados, Célio Rodrigues destacou: - construção da sede em Rio Branco; - construção da Cidade da Justiça; - reforma administrativa; - elaboração do PCCR; - programa Qualidade de Vida do Servidor.

Os participantes foram divididos em grupos por Eixos Temáticos, baseando-se nos Macrodesafios estabelecidos pela Estratégia Nacional do CNJ:

- SOCIEDADE - Trata da garantia dos direitos fundamentais e do relacionamento institucional com a sociedade;
- PROCESSOS INTERNOS - Agilidade, produtividade, enfrentamento à corrupção, aperfeiçoamento da gestão, mediação de conflitos e aperfeiçoamento da gestão; e
- RECURSOS E ESTRUTURA - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira, fortalecimento da estrutura e recursos (pessoal técnico; tecnologia e infraestrutura).

Momento 2 – Escuta por Eixos Temáticos

A distribuição dos participantes se deu de forma aleatória, cada grupo seguiu para uma sala de reuniões separadas (utilizando o recurso 'salas temáticas – dividir em grupos de discussão' do Google Meet) e a moderação foi realizada pelos seguintes membros da Comissão:

- Grupo 1 – SOCIEDADE: Hélio Oliveira de Carvalho e Mario Luís Santos da Silva;
- Grupo 2 – PROCESSOS INTERNOS: Silvia Helena Costa Brilhante e Amanda de Jesus Moraes Bezerra Casas; e
- Grupo 3 – RECURSOS E ESTRUTURA: Evandro Luzia Teixeira e Jacikley da Costa Ribeiro.

Cada grupo respondeu a seis perguntas básicas para iniciar à análise institucional, os participantes puderam responder de forma oral e ainda digitando suas respostas pelo chat, enquanto os moderadores incluíam as respostas em um quadro compartilhado na tela, para que todos pudessem observar as respostas.

A técnica utilizada nos trabalhos em grupo foi a PAO – Pergunta Aberta Oral.

Como resultado deste momento foi possível a realização da coleta de subsídios que comporão a estrutura de análise e sugestões para o PE, resultando em informações e reflexões para a Matriz SWOT – FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), e a partir dessas respostas será dada continuidade ao processo de escuta, reflexão e elaboração de propostas.

As perguntas e os objetivos/resultados a serem alcançados com as perguntas trabalhadas nos grupos estão listados no quadro a seguir (Quadro 1). As Metas Nacionais 2021 foram apresentadas (Quadro 2) e a sexta pergunta se dedicou a esse tema.

	PERGUNTAS	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS
01	Como você gostaria de ver o TJAC daqui a seis anos? (Respostas devem ser objetivas e apresentar concretamente ideias)	Perceber a intensidade de desejos para construção de propostas de resultados
02	Quais ameaças externas podem comprometer e ou dificultar a atuação do TJAC?	Identificar ameaças a partir do olhar dos gerentes
03	Quais oportunidades externas ao TJAC, podem contribuir com a sua atuação institucional?	Elencar as oportunidades percebidas pelos gerentes
04	Quais são as fragilidades internas que dificultam a atuação do TJAC?	Identificar as fragilidades, pontos de desequilíbrios internos
05	Quais as forças e potencialidades do TJAC que contribuem com a sua atuação institucional?	Estruturar imagem a partir das forças/competências/possibilidades internas do TJAC
06	Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?	Estabelecer compromisso do tribunal acreano com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no Brasil

Quadro 1 - Perguntas feitas aos grupos de trabalho.

METAS NACIONAIS 2021
Meta 3 – Estimular a conciliação Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais Meta 5 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas



Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Meta 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Meta 12 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Quadro 2 – Metas Nacionais do Poder Judiciário 2021.

Momento 3 – Socialização entre os participantes

Decorrido o tempo de trabalho em grupos, os participantes retornaram para a reunião em formato plenária e apresentaram as respostas elaboradas pelos grupos para os demais participantes. O resultado dos trabalhos apontou um alinhamento da visão, ameaças, oportunidades, fragilidades e fortalezas do TJAC por parte dos participantes, assim como o alinhamento com a Estratégia Nacional/Metas Nacionais.

A sistematização das respostas está listada nos quadros a seguir (Quadros 3, 4 e 5).

PERGUNTA 1	PERGUNTA 2	PERGUNTA 3	PERGUNTA 4	PERGUNTA 5
Como você gostaria de ver o TJAC, daqui a seis anos?	Quais ameaças externas podem comprometer e dificultar a atuação do TJAC?	Quais oportunidades externas ao TJAC, podem contribuir com a sua atuação institucional?	Quais são as fragilidades internas que dificultam a atuação do TJAC?	Quais as forças e potencialidades do TJAC que contribuem com a sua atuação institucional?
Um tribunal que valorize a remuneração dos diretores de secretaria bem como com equipamentos modernos para trabalhar	Falta de estacionamento para servidores no Fórum Barão do Rio Branco	Parcerias com as delegacias de polícia para cadastramentos de TCOs	Orçamento e financeiro	A maior força interna do tribunal são os servidores; Servidores motivados, trabalham melhor
Tribunal tecnológico e bastante célere	Dependência dos correios, acarretando atrasos e outros problemas logísticos	Parcerias com os grandes litigantes para mutirões de conciliações realizados por eles com apoio do TJ (mudar o formato atual)	Equipamentos obsoletos e falta de suporte adequado; Pessoas não comprometidas, ocasionando sobrecarga em outros	A determinação e comprometimento da maioria dos servidores
Gostaria de ver o trabalho dos diretores de secretaria valorizado e com um salário digno de acordo com as responsabilidades e atribuições exercidas	Falta ou má qualidade da internet, pois o TJAC tem seus processos 100% virtual	Parcerias com os parlamentares, para apresentação de projetos que venham beneficiar o tribunal	Investimento em tecnologia e equipamentos eficientes	Servidores muito comprometidos e determinados a cumprir seu papel enquanto servidor do jurisdicionado



Gestão Participativa

Gostaria de ver o TJAC valorizando os diretores de secretaria, bem como investindo em tecnologia e equipamentos	Defensoria pública é totalmente desestruturada e muito serviço que é atribuição dela, cabe a nós sua execução	Convênios com as universidades, para que disponibilização de alunos para prestar estágios, tanto na área jurídica como em outras áreas	Falta de servidor, equipamento de informática já ultrapassados	A grande força do tribunal está em seus servidores
Investindo em tecnologia para facilitar e agilizar os trabalhos (a Pandemia tem mostrado o quão somos deficientes em tecnologia)	Tratamento diferenciado e distanciamento entre 1ª e 2ª instâncias; Alteração das regras de aposentadoria	Parcerias com o poder executivo para melhorar a estrutura tanto física, quanto tecnológica das delegacias para melhorar o acesso dos usuários	A falha de comunicação entre os setores, dificultando o trabalho	Servidores que se doam extremamente ao trabalho, com seu comprometimento, capacitação e determinação. Essa é uma força inegável.
Sem carência de servidores, com equipamentos modernos, diretores de secretarias substitutos e a nossa classe melhor remunerada	Problemas com tecnologia	Parceria com a JF para mutirões previdenciários nas cidades, desafogando as comarcas onde não tem JF (1/3 dos processos na minha comarca são previdenciários)	Melhor atendimento aos chamados; Investir em concurso para mais servidores na área de informática para que o acesso seja mais ágil	Dedicação dos servidores, que não medem esforços para alcançar os objetivos e metas do TJ
Tribunal colocando em prática todos os pontos que forem abordados nesta data; Valorizando servidores e com cobranças de acordo com a realidade de cada comarca	Defensoria Pública não atende muitas comarcas, resultando que o atendimento ao usuário acaba sendo feito pelo servidor	Relação direta com órgãos como o INCRA, IDAF, IBAMA entre outros poderia ser melhorada a prestação jurisdicional (ex. relação com bancos através do SISBAJUD)	Orçamento deficitário; Ausência de capacitação e motivação de servidores; Comunicação da administração com as comarcas é um ponto fraco Aparelhos tecnológicos são ultrapassados	A maior força são os servidores que compõe o Tribunal
Mais célere, com valorização dos servidores e dos diretores de secretaria	Algumas comarcas têm problemas com as procuradorias nas intimações por e-mail	Melhor comunicação com as delegacias	Falta de equipamentos tecnológicos modernos	Esse planejamento é um exemplo. Mas é necessário colocá-lo em prática
Com equipamentos onde possamos trabalhar	Dependência da tecnologia para uma boa	Estreitamento entre o TJAC e o TF (grande dificuldade	Qualificação e motivação do servidor;	Empenho e união de todos os diretores de secretaria que



Gestão Participativa

satisfatoriamente e com mais pessoas para trabalhar	produtividade no trabalho; Dependência de meios de comunicação que cheguem às pessoas em locais de difícil acesso para realização de audiências durante a pandemia	redistribuição de processos para a justiça federal, plantões judiciários)	Investimento e modernização em tecnologia; Ampliação do foco na atividade fim do TJAC	muitas vezes carregam as unidades sozinhos diante de um cenário caótico de falta de recurso tecnológico e de falta de pessoal
Com boa situação financeira para manter as unidades com quadro completo de servidores e estagiários, assim como provendo equipamentos atualizados	Melhor estruturação da polícia civil, como nossos processos são virtuais, a falta de internet nas delegacias, causam um transtorno pois acabamos tendo que fazer o trabalho dos mesmos; Precariedade da Defensoria Pública, que dificulta uma prestação de serviços decente a população carente	Convênio com universidades para disponibilização de estagiários	Faltam servidores e recursos para sermos mais "ágeis"; Falta entendimento da população do que acarreta a morosidade dos serviços	Os guerreiros aguerridos diretores de secretaria que estão no meio e na linha de frente são os pilares de sustentação da instituição
Mais eficiente, atendendo os jurisdicionados de forma mais rápida e acessível	Momento pós-pandemia vai "chover de ações", pois muitas pessoas têm dificuldade de acesso à defensoria, além da dificuldade que a maioria tem com tecnologia	Parceria com as Delegacias para facilitar os trabalhos	Falta de comunicação da gestão com as unidades judiciárias, ocorrem muitas mudanças que os servidores não são informados	Compromisso da maioria dos servidores, seja no primeiro grau, segundo grau, magistrados, diretores
Com realização de concursos, evitando sobrecarga de servidores	Falta de estrutura física e tecnológica das entidades parceiras	Convênios tecnológicos com órgãos que requisitam informações do TJ	O ponto principal é a falta de servidores; Motivação para os servidores; Investimento em equipamentos, visando uma melhor atuação	Comprometimento dos servidores; Presteza e qualidade no atendimento aos usuários do sistema; Celeridade e eficiência na prestação jurisdicional



Tenho de TJAC, 28 anos. Nele tenho visto tantas mudanças maravilhosas. Passei da máquina de escrever para o computador. Que maravilha foi. Mudamos de prédio, ganhamos ar condicionado, estacionamento para todos. O que gostaria de continuar vivenciando aqui, seria melhoria na tecnologia (equipamento novos), mais servidores e canal ainda mais aberto para discussão. Hoje para mim é um marco histórico. Estou aqui fazendo parte desse planejamento	As reformas administrativas que congelam salários e retiram direitos conquistados, fator de desmotivação; Violência, domínio de facções interferem no acesso à justiça; TJAC investir em segurança	Parceria com entidades públicas e privada, visando uma melhor atuação do judiciário, bem como dos órgãos que trabalhamos diretamente, como é o caso do MP, Defensoria, Polícias Civil e Militar	Quantidade insuficiente de servidores; Desmotivação dos servidores e resistência à mudança; Falta de valorização do servidor; Precariedade de equipamento tecnológico	Servidores, que precisam ser reconhecidos e valorizados
Célere e acessível por todos os meios	Ausência do PROCON na grande maioria das cidades do Estado, contribui para o aumento de demandas relacionadas ao direito do consumidor junto ao poder judiciário, causando sobrecarga	Parcerias com órgãos que possam disponibilizar profissionais da área da psicologia, assistência social para o público que necessita de imediato	Poucos servidores para atender às demandas que só aumentam; Equipamentos de informática ultrapassados; A abordagem inicial a quem busca a tutela jurisdicional (humanizar serviços)	Os diretores de secretaria e nossos colegas de trabalho que nos ajudam a fazer com que esse tribunal se movimente
Destacado entre os demais tribunais do Brasil, no que se refere à agilidade no julgamento de processos, dotado de magistrados e servidores capacitados, reconhecidamente motivados para o	A falta de estrutura das polícias impacta direta e negativamente na quantidade de feitos criminais distribuídos, que ficam muitas vezes emperrados nas delegacias por falta de recursos	Parceria e convênio com os demais poderes; Estreitamento com a Polícia Civil, IAPEN, DETRAN são essenciais para melhor desempenho da	Escassez de recursos financeiros para atender as demandas dos servidores por aumentos salariais, bem como de materiais (computadores obsoletos que a maioria dos	O trabalho em equipe; Bom ambiente de trabalho; Servidores empenhados



melhor aproveitamento da produtividade, com recursos tecnológicos de primeira linha de modo a atender amplamente a sociedade	diversos, recaindo sobre o judiciário os maus resultados	atividade jurisdicional; Criar cadastro de peritos engenheiros e médicos, com as secretarias de obras e de saúde; Melhorar a comunicação digital/tecnológica entre as instituições	servidores está precisando utilizar nesse período de home office); Número insuficiente de servidores para atender a demanda de serviço	
Um tribunal que olhasse mais para as comarcas do interior, diretores mais valorizados	Pandemia influenciando negativamente na saúde da população e nas atividades do TJAC, pois prejudicou o acesso do jurisdicionado ao atendimento presencial		Falta de equipamentos, qualificação e motivação dos servidores	O comprometimento da maioria dos servidores, que não medem esforços para cumprimento da prestação de um bom serviço aos jurisdicionados
Com o quantitativo de servidores que é exigido, devendo estes serem valorizados, em todos os sentidos; Estruturas modernas, buscando, inclusive a implantação do juízo 100% digital; Para além, é uma honra participar deste planejamento.	Falta de investimento em tecnologia (computadores); Ausência de uma política de real valorização dos servidores gestores, em especial os diretores de secretaria; Entraves de burocracia distanciam das instituições parceiras, em especial MP, DPE, OAB, SEPC, IAPEN, etc.		Falta de servidores; Diretor de secretaria, tem que responder a tudo e assinar praticamente tudo (acumulam tarefas); Falta de equipamentos	Capacidade de adaptação às mudanças (home office) Autonomia financeira que facilita a administração dos recursos por meio da alta administração; Investimento em cursos de capacitação oferecidos aos servidores e a existência do planejamento estratégico
Investindo em seus servidores com capacitações, melhorias salariais equipamentos de qualidade, prédios estruturados e com contratação de servidores	Há mais seis anos não temos defensor público, situação agravada após mudança dos processos de execução penal regime fechado para Rio Branco		Estrutura tecnológica na ponta, onde está o servidor, não apenas na corte; Melhora nas comunicações e informações internas, principalmente	Os diretores de secretaria são heróis, motivadores, nunca desistem de sua missão



Gestão Participativa

			reduzindo a quantidade de processos administrativos (SEI enviados desnecessariamente e a unidades não interessadas na matéria)	
Um tribunal que consiga atender as demandas dos usuários nos prazos legais	Pandemia dificultou aos jurisdicionados o acesso a processos			Valorização dos servidores
Melhor valorizando e reconhecendo os diretores de secretaria, com um salário digno com as responsabilidades e atribuição que têm, e com equipamentos adequados para o trabalho				Todos os serventuários, diretores de secretarias e juízes
Olhe a realidade do interior principalmente quanto a logística das comarcas, onde a maioria reside na zona rural e não tem acesso à tecnologia; Consiga, em pouco tempo, ser totalmente virtual; Valorize mais o servidor; Preste serviço de qualidade para as pessoas que dele necessita; Mostre para a sociedade e seus servidores, de forma clara, a ordenação de seus recursos;				



Gestão Participativa

Com divisão de pessoal mais adequada				
Um tribunal capaz de equalizar eficiência e produtividade com maior valorização do servidor, garantindo tratamento igualitário em todos os níveis de atuação; Depois da virtualização a parte tecnológica tornou-se fator preponderante para a qualidade dos serviços prestados				
Menos burocrático, em que as partes tivessem mais facilidade de informação no momento de ajuizar suas demandas; Mais celeridade no atendimento; Servidores com mais acesso e facilidade para lidar com as inovações tecnológicas, seja por meio de cursos ou qualquer outro meio que facilite essas atividades; Divisão do trabalho seja melhor realizada				
Valorizando os diretores de secretaria com salário digno de acordo com as atribuições				

PERGUNTA 6

O grupo apresentou inteira concordância com a permanências de todas as Metas para o ano de 2022.

Quadro 3 - Registro das respostas do Grupo 1.

PERGUNTA 1	PERGUNTA 2	PERGUNTA 3	PERGUNTA 4	PERGUNTA 5
Como você gostaria de ver o TJAC, daqui a seis anos?	Quais ameaças externas podem comprometer e dificultar a atuação do TJAC?	Quais oportunidades externas ao TJAC, podem contribuir com a sua atuação institucional?	Quais são as fragilidades internas que dificultam a atuação do TJAC?	Quais as forças e potencialidades do TJAC que contribuem com a sua atuação institucional?
Mais próximo possível dos jurisdicionados e com os servidores satisfeitos	Falhas constantes da internet no Estado	O apoio dos congressistas acreanos quanto às emendas parlamentares e apoio quanto aos projetos em âmbito ministerial	Melhorias salariais e concurso de servidores; Treinamento para usar novas ferramentas	Redução do horário de trabalho ou de atendimento ao público
Cada vez mais integrado no universo tecnológico quanto à realização dos atos processuais, como nas audiências	Falta de recursos financeiros	Maior integração Tribunal - Comunidade, com programas que auxiliem os jurisdicionados no acesso à justiça	Equipamentos velhos; Manutenção dos prédios	Somos praticamente autodidatas nas comarcas do interior; Previsão do aumento de demandas judiciais em decorrência da crise econômica trazida pela pandemia
Com maior número de servidores	Falta de segurança para atendimento ao (principalmente nas varas criminais)	WhatsApp business para atendimento ao público	Número de servidores e magistrados deficitário; Estrutura física e tecnológica necessitando de atualização	Seus servidores
Com o quadro de servidores completo, para que possamos prestar o melhor trabalho à Sociedade	Trabalhando com a população diretamente como assistente social As políticas de restrição dos direitos sociais impactam diretamente na ação da justiça	Melhores condições de acesso dos jurisdicionados com os serviços do Tribunal de Justiça.	Capacitação e envolvimento dos servidores	O compromisso dos colaboradores



Gestão Participativa

Com carga horária reduzida, todos trabalhando apenas um período	Internet sem qualidade, equipamentos obsoletos, interrupções no fornecimento de energia, situação de pandemia	A utilização das tecnologias disponíveis para realização de audiências urgentes	Móveis e equipamentos (cadeiras principalmente)	Equipamentos de informática suficiente para os servidores
Como um poder de excelência, visto externa e internamente, como uma instituição que valoriza seus servidores e trabalha para levar Justiça para todo Estado	Falta de Defensores Públicos suficiente	Contenção de gastos em razão da redução de servidores no presencial	Falta de capacitação e equipamentos antigos ou a falta deles (servidores utilizam os próprios celulares para audiências e atendimentos); Falta de servidores (sobrecarrega o trabalho e atrasa o bom andamento dos processos); Falta de conciliadores e estagiários	A estrutura física e tecnológica existente
Prestando serviço mais célere, utilizando meios tecnológicos e dispondo de mais servidores e magistrados	O estresse em razão do acúmulo de trabalho, bem como em razão da pandemia	Ampliação das salas de audiência do presídio Francisco de oliveira Conde	Falta de investimento em equipamentos de informática	Responsabilidade e compromisso dos diretores
Upgrade nos equipamentos de informática das varas	Falta de segurança no Fórum criminal	Disponibilidade de advogados para nomeação como defensores dativos em Cruzeiro do Sul	A terceirização de alguns serviços, deixando os terceirizados em situação desigual	Compromisso/responsabilidade dos servidores
Com uma maior integração tecnológica, valorizando cada vez mais os colaboradores, bem como, disponibilizando servidores	Quedas de energia, isso acaba com os equipamentos e dificulta o serviço	Criação de mais projetos voltados para a população como o Projeto Cidadão; Parcerias externas que	Sobrecarga de trabalho em razão do número reduzido de servidores, causando estresse e cansaço	Servidores compromissados com a instituição



Gestão Participativa

capacitados para o enfrentamento das atividades		facilitem a interação com o cidadão		
Mais eficiência para jurisdicionados e servidores; Menor carga horária de trabalho; Maior reconhecimento financeiro para os diretores; Melhoria nos equipamentos	Falta de assistência da Defensoria Pública, principalmente no interior	Projeto Cidadão ficou marcado na vida das pessoas	Déficit no quadro de servidores compromete o desempenho na prestação do serviço	Quadro de pessoal com capacidade técnica elevada
Melhoria das condições de trabalho com relação a quantidade de servidores, equiparando a demanda de serviço em cada unidade, oferecendo uma melhor qualidade na prestação de serviços aos jurisdicionados	O problema sanitário global está comprometendo o atendimento; O home office destaca o atraso tecnológico		Falta de recursos humanos	Utilização do SAPG5
Com melhores equipamentos; Mais reconhecimento dos seus colaboradores	Preocupação em ter que trabalhar presencialmente por medo de contaminação; Pouca segurança		Equipamentos obsoletos, que prejudicam a produtividade; Servidores insuficientes para cumprimento dos prazos	Servidores capacitados e conhecedores de suas atividades, com boa experiência e habilidades no manuseio de processos
Com a melhor utilização do horário de trabalho e atendimento ao público no horário reduzido;	Falta de Defensores e de nomeação de advogados dativos		Quadro de pessoal das Unidades Judiciais reduzidíssimo	Uso de novas tecnologias nos processos (audiências on-line, intimação pelo portal, intimações por WhatsApp); Compromisso de todos os servidores em sempre melhorar



Gestão Participativa

Com contratação de servidores e estagiários				
Concurso para servidores	Falta de defensor público		Baixa remuneração dos diretores	Presença do TJ em todos os municípios do Acre
Sem funcionários sobrecarregado, principalmente nas varas			Ausência de concurso público para técnicos e analistas	Servidores comprometidos com o trabalho
Melhor uso da tecnologia para dinamizar o trabalho dos servidores			Remuneração dos diretores está defasada	Utilização de tecnologia tanto na área administrativa, quanto na processual
Com condições melhores de trabalho; Equipamentos adequados; Servidores suficientes para suprir as demandas de serviços			Déficit no quadro de servidores	Uso do SAJ, ótimo sistema, pode-se trabalhar de qualquer lugar e o jurisdicionado consulta seu processo
Com melhores condições de trabalho, como estruturas físicas e tecnológicas e mais servidores nas unidades			Falta de Juízes Leigos	Desprendimento dos servidores, com mais experiência, em repassar aos que chegam, seus conhecimentos
			Computadores e impressoras antigos e com problemas; Falta de contrato com os CORREIOS para a utilização do Aviso de Recebimento Eletrônico	Servidores dispostos a mudanças para melhorar a produtividade e com facilidade de se adaptar às novas modalidades de trabalho
			Falta de valorização da função de diretor de secretaria,	Compromisso, dedicação, responsabilidade, capacidade, flexibilidade, etc. dos servidores...



Gestão Participativa

			financeiramente falando	
			Capacitação <i>on line</i> não é acessível	Servidores capacitados e comprometidos com um atendimento de excelência
			Falta de reforma nos edifícios das comarcas, principalmente no período de chuvas	Investimento em sistemas de automação; Capacitação dos servidores
			Apoio do CNJ para adquirir mais equipamentos (muita cobrança, sem levar em conta as realidades locais)	Abertura à busca constante por melhorias de processos e procedimentos
			Distribuição mais eficiente da força de trabalho nas áreas fins	Sistematização das ferramentas de trabalho e humanização dos servidores e magistrados; Disponibilidade de cursos de capacitação para servidores e magistrados
			Falta de cadastro geral de peritos judiciais para atuar em processos em que as partes não são beneficiários da gratuidade judicial	Capacidade dos servidores em assimilar novas técnicas de forma autodidata
			Equipamentos antigos e sem manutenção; Déficit de servidores, falta de conciliador no JECRIM; Dificuldade de comunicação com as diretorias da capital	Presidência do TJ sempre muito acessível aos servidores, algo peculiar do TJAC

			Redução de carga horária (atendimento aos jurisdicionados apenas um período)	SAJPG5 - Sistema de Automação da Justiça
			Redução do horário de trabalho ou de atendimento ao público	A nova modalidade de trabalho totalmente em home office favorece ao judiciário diminuição nos custos operacionais
			Falta de Juiz Leigo	Servidores/diretores que trocam informações e compartilham conhecimentos
			Os treinamentos ofertados são horríveis, saímos com mais dúvidas	Ferramentas tecnológicas que potencializam o trabalho do TJ (home office, audiências virtuais, etc.)

PERGUNTA 6

O grupo apresentou inteira concordância com a permanências de todas as Metas para o ano de 2022.

Quadro 4 - Registro das respostas do Grupo 2.

PERGUNTA 1	PERGUNTA 2	PERGUNTA 3	PERGUNTA 4	PERGUNTA 5
Como você gostaria de ver o TJAC, daqui a seis anos?	Quais ameaças externas podem comprometer e dificultar a atuação do TJAC?	Quais oportunidades externas ao TJAC, podem contribuir com a sua atuação institucional?	Quais são as fragilidades internas que dificultam a atuação do TJAC?	Quais as forças e potencialidades do TJAC que contribuem com a sua atuação institucional?
Com eficiência para o público usuário e com servidores valorizados	Queda na arrecadação e repasse de orçamento; Demanda judicial excessiva que sobrecarrega os recursos hoje disponíveis	A desburocratização do serviço público e maior interação entre as entidades	Dificuldade de comunicação entre os setores administrativos	Recursos humanos: o servidor faz muito além do que pode para o andamento dos trabalhos
Servidores com um salário melhor	Falta de defensores públicos	Disponibilidade de relação com outros tribunais e trocas de experiências	Número de servidores insuficientes para a demanda crescente	Desenvolvimento e capacitação continuada para os gestores

Com equipamentos novos e com disponibilidade completa dos acessórios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos	Avanço das tecnologias, tomando obsoletos os materiais que dispomos	Parcerias com abrigos de acolhimento de crianças e entidades de desintoxicação de toxicômanos, de modo a agilizar o amparo dessas pessoas quando necessitadas	Má distribuição dos recursos humanos	Encontros com servidores, valoriza os servidores (ex. Planejamento estratégico)
Meios eletrônicos novos e de qualidade	Violação de dados	Possibilidade de aprimorar a comunicação com o público externo	Equipamentos de informática obsoletos	Vara de proteção à mulher (força interna de enfrentamento à violência contra a mulher, apesar de precisar de outras varas)
Ambientes com equipamentos de trabalho mais modernos	Falta de equipamentos tecnológicos adequados; Falta de servidores	Boas práticas em segurança de informações	Falta de capacitação de servidores que era concentrada mais na capital	O processo digital e as ferramentas tecnológicas disponíveis
Ferramentas de trabalho e ambiente confortáveis, além da disponibilidade de materiais	Evasão de servidores para outras instituições com salários mais atrativo		Impressoras antigas e toner que não funcionam corretamente	O servidor; O esforço para capacitação dos gestores
Acesso físico das pessoas com deficiência à Cidade da Justiça (equipamento de inclusão: elevador)	Interferência e dependência de outros Poderes/Setores		Pouca valorização dos servidores; Quadro diminuto de servidores	O privilégio de ter servidores dedicados em sua maioria, que procuram dar o melhor para prestação jurisdicional, embora com recursos escassos
Maior valorização dos recursos humanos do Tribunal, com reposição do déficit da mão de obra	Ausência de defensores		Carência de servidores, necessidade de capacitação continuada para os gestores	A força é servidor que as vezes trabalha por dois, três para que não haja prejuízos aos jurisdicionados
Comarcas reestruturadas - prédio reformados, móveis novos,			Excesso de trabalho em razão	Gestores empenhados a alinhar a equipe de modo que a



Gestão Participativa

computadores novos, significativa valorização dos servidores indistintamente de seu vínculo, se efetivo ou comissionado			da falta de mão de obra	prestação, eficiência e eficácia do trabalho desenvolvido seja satisfatório
Algo para melhorar a qualidade de vida dos servidores			Falta de conhecimento prático na elaboração dos atos normativos, gerando determinações as vezes em descompasso com o cotidiano das unidades judiciais	Capacitação dos servidores voltada às ferramentas de trabalho, bem como, cursos voltados à união e trabalho em equipe para melhorar os resultados
Tribunal que inclua e fortaleça temas de direitos humanos			Incentivo aos servidores com a devida valorização, tendo em vista que a maioria estão desanimados e desgostoso com as situações encontradas	Sentimento de orgulho institucional dos Magistrados, servidores e colaboradores, gerando transparência, credibilidade e zelo com a instituição
Com Selo Diamante, mais informatizado, com uma condição financeira confortável para aumentar seu quadro de servidores, com salários compatíveis com as atividades exercidas e responsabilidades			Falta de estrutura para o trabalho dos servidores (desligar ar condicionado)	Incentivo e suporte aos servidores, no home office sentimos ainda mais a necessidade de melhores ferramentas digitais
			Redução excessiva do envio de material	Capacidade de esforço dos servidores
			Falta de material de expediente	
PERGUNTA 6				
O grupo apresentou inteira concordância com a permanências de todas as Metas para o ano de 2022.				

Quadro 5 - Registro das respostas do Grupo 3.

Ao final da Oficina, o Diretor de Gestão Estratégica, Raimundo Angelim, agradeceu a equipe participante, aos moderadores e a todos que colaboraram para a realização do evento, destacou a alta sinergia entre as respostas dos três grupos, além da demonstração de interesse sobre o tema e a permanência das equipes durante todo o evento, o trabalho realizado durante a Oficina proporcionou a todos gerar ainda mais compromisso com a elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Acreano e com a Estratégia Nacional/Metas Nacionais.

Print da reunião



The screenshot displays a Zoom meeting interface. On the left, a grid of 16 video thumbnails shows participants. The top-left thumbnail is labeled 'GRAVANDO' (Recording). The participants in the grid include: Você (You), Jackieley C. Ribeiro, Silni Figueiredo, Vara de Registros Públicos Ór..., Evandro Teixeira, Cerimonial TJAC Rio Branco, Segundo Juizado Especial Cri..., Maria José de Oliveira Leao, Raimundo Angelim, Annevaleria Santos, Waldirene Oliveira da Cruz-Li..., Mario, Érika Ximenes, Yuri Bambirra, Maria José de Oliveira Leao, and Fábio Messias. On the right, the 'Detalhes da reunião' (Meeting Details) panel shows 88 participants in the 'EM CHAMADA' (On Call) list. The list includes: Silvia Brilhante (Você), Adaizo, Adriana Cordeiro, Alana Figueiredo, Alcinelia Moreira de So..., alessandra, and Alessandra Assis Brasil. Each name is accompanied by a small profile picture and a status icon.



ANEXO IV - ATIVIDADE 4

➡ Lista de presença

Magistrado 1º Grau

1. Andrea Brito - Juíza Auxiliar da Presidência TJAC

Servidores

1. Raimundo Angelim – DIGES/TJAC
2. Ângelo - Cermonial TJAC Rio Branco
3. Célio José Moraes Rodrigues - COGER/GEAUX
4. Evandro Luzia – DIGES/TJAC
5. Josué Santos – DIGES/TJAC
6. Júlio César da Silva Gomes - COGER/GEAUX
7. Silvia Brilhante – DIGES/TJAC

Sociedade Civil

1. Adriana da Silva Melo - Representando a Federação das Associações de Moradores do Acre – FAMAC
2. Antônio Sergioni Freitas de Paiva - Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Acre - FETACRE
3. Cláudia Marques de Oliveira - Rede Mulher Ações Neabi-Ufac e Ouvidoria Neabi-Ufac
4. Edmar Batistala Tonelly - Central Única dos Trabalhador@s CUT Acre
5. Edneida Braga – Pastoral Carcerária
6. Eldo Shanenawa - Coordenador da organização dos professores indígenas do estado do Acre - OPIAC
7. Elton Fonseca - Associação Cristã de Apoio a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.
8. Ester Araújo Mandato - Coletivo ACRE
9. Eudmar Nunes Bastos Michalczyk - Movimento Negro - CERNEGRO/CCCBA/SIPEAC
10. Hayane Nunes - ONG CERNEGRO
11. Janeima Azevedo de Souza - Gerente do Departamento de Igualdade Racial da SASDH
12. Jaycelene Maria da Silva Brasil - Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP - vice - coordenação e Movimento Negro Unificado do Acre - MNU
13. Joaquim Paulo de Lima Maná Kaxinawa - secretário da Federação do povo Huni Kui da Estado do Acre FEPHAC
14. Jonhanthan Nobre de Souza - Coordenador Diocesano da Pastoral da Juventude e agente voluntário da Comissão Pastoral da Terra - CPT
15. Jota Conceição - Palestrante e Consultor em Direitos humanos
16. Luciana D'Avila Costa – Vice-presidente da ASCONTAC - Conselheira Tutelar do 3 CT de Rio Branco
17. Lucinaira de Carvalho Silva - Presidente da associação de conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares do Estado do Acre - ASCONTAC, Conselheira Tutelar no Primeiro Conselho Tutelar de Rio Branco
18. Maria das Graças Costa Silva Manchineri - Coordenadora de Gênero da MATPHA
19. Maria Ester Araújo de Souza- Associação Mulheres Negras do Acre
20. Maria Leitão – Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAZ



21. Maria Santiago de Lima – Movimento Negro Unificado - MNU/ACRE
22. Patrícia Andrade Vitorino - Coordenadora/Conselheira Tutelar do Município de Plácido de Castro.
23. Pe. Máximo Lombardi – Instituto Ecumênico do Acre
24. Raimunda Bezerra da Silva - Coordenadora Geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP/AC
25. Soleane Manchineri - Vice-Coordenadora da Matpha
26. Solene Oliveira da Costa - Rede MulherAções
27. Suiane Oliveira da Conceição - Coordenadora do primeiro Conselho Tutelar de Cruzeiro do Sul Acre
28. Toya Manchineri - Diretor Executivo da MATPHA, articulador político da COIAB, coordenador de área de território e recursos naturais da COICA
29. Veronica Loureiro Souza - Central de Articulação das Entidades de Saúde – CADES

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA: Encontro com parceiros da sociedade civil para: - formação de cenário para elaboração do Plano Estratégico (PE) do Poder Judiciário Acreano 2021-2026; e – contribuições para construção das Metas Nacionais 2022

LOCAL	DATA	HORÁRIO	
Reunião virtual via Google Meet	16/04/2021	De 15h	Às 17h20

PAUTA

Consulta a parceiros da Sociedade Civil para: contribuição ao Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Estado do Acre (PJAC) 2021-2026 e das Metas Nacionais 2022

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A reunião aconteceu com o objetivo de atender a metodologia participativa de elaboração do Planejamento Estratégico (PE). Para tanto, foi realizada consulta por meio de encontro virtual com 27 entidades representativas da sociedade civil, parceiras do TJAC, visando:

- Conhecer as percepções sociais da sociedade referentes ao TJ Acre;
- Contribuir com o processo de construção do cenário da Instituição;
- Colher propostas e sugestões que poderão ser incorporadas ao PE;
- Colher sugestões que poderão aprimorar as Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Participaram do encontro 37 pessoas, de 27 instituições com representação de todo o Estado do Acre, representando os seguintes segmentos: representação carcerária, mulheres, negros, juventude, povos indígenas, religiosos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas e produtores rurais, moradores de periferias, comunidade e pesquisadores acadêmicos.

A reunião foi aberta pela Dra. Andrea da Silva Brito, Juíza Auxiliar da Presidência, que apresentou o objetivo da reunião, descritos acima, e discorreu ainda sobre conceitos importantes para formação de imagem, por parte dos convidados, para compreensão do contexto do encontro: como o TJAC, enquanto organização que transforma recursos em serviços, neste caso, sentenças e decisões tramitadas em julgado aos jurisdicionados. Discorreu ainda, sobre a



importância da sociedade em conhecer e contribuir com a construção das Metas Nacionais, e do que for definido no PE do TJAC deve ter alinhamento com a Estratégia Nacional/Metas Nacionais.

Discorreu sobre os 5 eixos do Poder Judiciário, sendo estes, uma das bases do PE:

1. Proteção dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente;
2. Promoção da estabilidade e do ambiente de negócios para o desenvolvimento nacional;
3. Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para a recuperação de ativos;
4. Justiça 4.0 e promoção do acesso à justiça digital; e
5. Vocação Constitucional do STF.

Fez ainda, um resgate de como o TJAC vem atuando no resgate de identidades historicamente vulneráveis, reconhecendo os direitos dos povos indígenas e dos afrodescendentes nas ações afirmativas em prol das minorias étnicas, na legitimação de uniões homoafetivas, de paternidades socioafetivas, rechaçando a trans e a homofobia, e fortalecendo a Lei Maria da Penha.

Finalizou, ressaltando o papel dos magistrados como guardiões da Constituição Federal, assegurando a cada um o exercício de suas liberdades e igualdades numa sociedade fraterna pluralista e despida de preconceito. Em sendo assim, a reunião tem a finalidade de ouvir o que precisa ser aprimorado, discutindo com a sociedade, para que esta possa efetivamente opinar, sugerir e reivindicar melhorias na prestação dos serviços ofertados pela Instituição.

Na sequência, Raimundo Angelim, Diretor de Gestão Estratégica destacou o processo participativo adotado pela Presidência para elaboração do PE para o período 2021-2026, com destaque para os mais vulneráveis, pois o PE deverá contribuir para uma sociedade pacífica, justa e inclusiva, livre do medo e da violência, conforme preconiza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) – uma das diretrizes que o PE do PJAC deve incorporar e que se trata da Meta Nacional 9.

Em seguida, Evandro Luzia, Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, apresentou o desenho metodológico da construção de PE, as Metas Nacionais 2021 e conduziu as discussões, por meio de 3 perguntas orientadoras, estas tinham caráter livre e os participantes podiam responder via chat ou de forma oral:

- Qual a imagem temos hoje do TJ Acre? (Problemas e vantagens identificados na relação entre a sociedade e o TJAC);
- Quais sugestões podem melhorar a relação entre o TJAC e a Sociedade na prestação de serviços?
- Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

As contribuições dos participantes estão resumidas no quadro a seguir:

PERGUNTA 1 Qual a imagem temos hoje do TJ Acre? (Problemas e vantagens identificados na relação entre a sociedade e o TJAC)	PERGUNTA 2 Quais sugestões podem melhorar a relação entre o TJAC e a Sociedade na prestação de serviços?
- TJ é blindado, não acessível, linguagem muito diferente da usada pela sociedade; - A justiça precisa de uma cara mais amistosa, as pessoas comuns têm medo do TJAC; - Prédios suntuosos causando constrangimento nas pessoas em adentrá-los; - A justiça é distante das pessoas mais carente, aquelas que estão à margem da sociedade, "parece que a justiça é para poucos e não para todos; - Inegável que existe uma barreira/muros entre a sociedade e a justiça; - O Projeto Cidadão é um exemplo de como se aproximar da sociedade; - Há uma tentativa de diálogo com os povos indígenas, a partir de pessoas sensíveis, mas isso não resulta em diálogo efetivo; - A justiça é morosa e distante da sociedade, há um sentimento de injustiça como senso comum, principalmente entre a população pobre e preta; - O TJAC e a Sociedade Civil Organizada têm muita credibilidade; - Existe uma grande morosidade nos processos, as pessoas sentem-se desamparadas (em especial mães negras).	- Ampliar parcerias visando aproximar a sociedade do TJAC, por segmento; - As pessoas precisam saber que no TJ é um potencial parceiro, mas precisa ser mais acessível; - Aumentar o acesso por parte da população, criar formas/espacos de diálogos entre sociedade e TJ; - A visão de que a justiça é para poucos deve ser desconstruída; pois a justiça é cega, deve atender a todos - Ampliar formas de resolução de conflitos; - Ampliar a comunicação com a sociedade civil e ouvir a população para que as pessoas se sintam mais proximidade da instituição; - Garantir proteção ao meio ambiente, a vida ao trabalho; - Promover ações que se consolidem como políticas do TJ (as mudanças devem ocorrer de dentro para fora); - Promover capacitações/formações para que a relação com a sociedade se estreite; - Trabalhar os direitos humanos de forma estratificada devido à grande pluralidade do tema (questões sobre racismo, gênero etc.); - Dá continuidade a projetos que já tiveram resultados positivos (projetos com comunidades indígenas: Proj. Cidadão; Maria da Penha vai à Aldeia); - Aproximar o TJAC dos Conselhos Tutelares (ouvir conselhos tutelares por meio de audiências, realizar encontros informativos com equipes do TJ, promover a aproximação de instituições de justiça/juízes com os conselhos, principalmente no interior); - Dispor de tradutor indígena e antropólogos no quadro do TJAC, considerando a quantidade e diversidade desses povos no Estado; - Contribuir na divulgação das tradições dos povos indígenas, jovens indígenas são alvo das facções; - Dispor de tradutor de libras em seus quadros; - Desenvolver projetos para dar maior visibilidade às mulheres; - Ampliar a aproximação com os povos indígenas; - Facilitar as representações da sociedade civil junto ao TJAC; - Criar uma ouvidoria especializada para o setor rural, discutir temas como reforma agrária, regularização de posse de terras; - Oferecer Projeto Cidadão para pessoas da área rural e ribeirinhos;

	– A justiça deve ser mais atuante, neste contexto em que a população vem perdendo direitos; – Ampliar as condições de atendimento no interior; – Adotar ações que tenham caráter transversal (MP, Defensoria e TJ); – Alguns processos devem ser mais céleres que outros, no caso de saúde, por exemplo, precisa haver esta sensibilidade; – É necessário traduzir as instituições do sistema de justiça para a sociedade, o que cada instituição faz, competências e atribuições; – Efetivar parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/UFAC), visando a criação de ouvidorias em rede, havendo necessidade de capacitações relacionadas às questões de gênero e indígenas, identificação e combate ao racismo, como encaminhar e orientar pessoas vítimas de racismo ou privadas de direitos de uma forma geral; – Realizar campanhas voltadas para direitos humanos, aplicada à realidade local; – Reverter multas para entidades da sociedade civil.
--	---

PERGUNTA 3

Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

– Houve total concordância na permanência de que todas as Metas Nacionais apresentadas continuem sendo priorizadas em 2022, em especial aquelas que asseguram celeridade
--

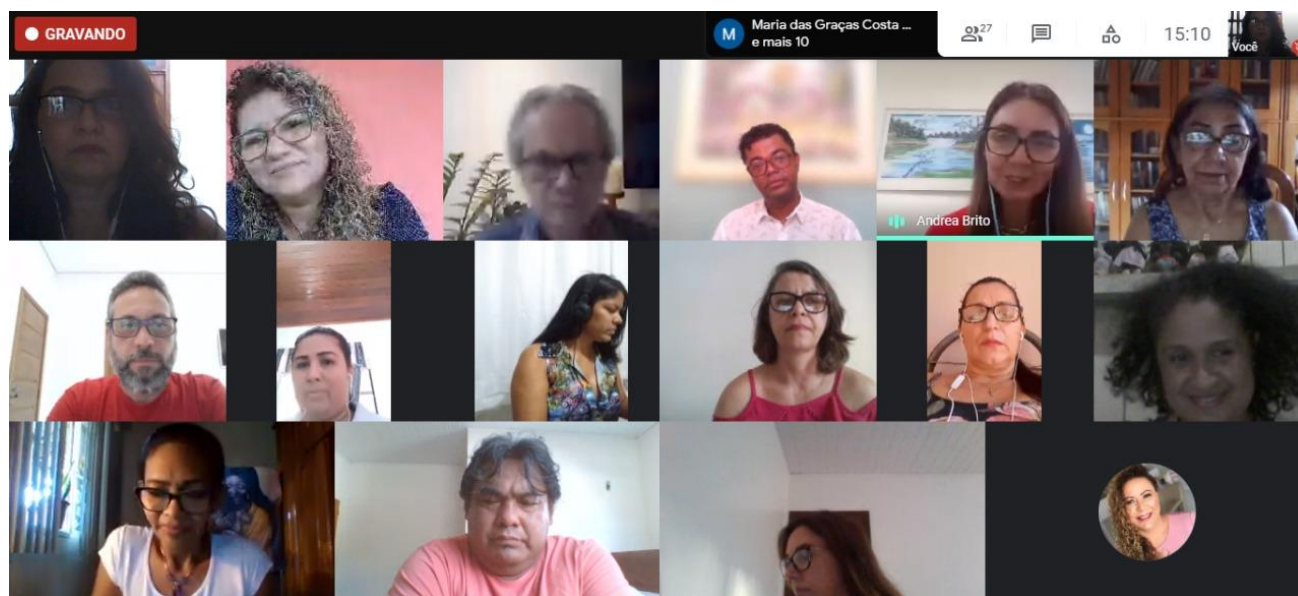
De forma geral, houve, por parte dos participantes um sentimento de contentamento com a iniciativa pioneira de consultar a sociedade, ato que foi parabenizado por todos e elogiado pela inovação. A reunião foi considerada um “marco no diálogo com a Sociedade”.

Ao final das contribuições, a palavra retornou à Dra. Andrea Brito que apresentou o Plano de Ação para o ano de 2021 do Comitê da Diversidade – Eixo Racismo, que possui convergência de ideias com algumas propostas feitas pela sociedade. Destacou as seguintes ações:

1. Criação da Ouvidoria contra crimes raciais;
2. Formação de cursos com a temática direcionada para grupos acadêmicos e instituições do sistema de justiça;
3. Capacitação para as polícias, com a temática preconceito e abordagem policial;
4. Formação em Direitos Humanos;
5. Levantamento de dados estatísticos (95% da população carcerária é negra);
6. Interceder junto à SSP para a criação de espaço especializado (Delegacia Especializada);
7. Análise da legislação de cotas nos concursos públicos do PJ.

Dra. Andrea finalizou o encontro agradecendo a disposição de todos em participar do importante momento para o TJAC que é a elaboração do seu Planejamento Estratégico para um ciclo de 6 anos, e ainda a contribuição do TJAC na elaboração das Metas Nacionais, enfatizou que para os Magistrados, aqueles que estão sempre no lugar da "fala", é importante aprender "ouvir", e o momento da reunião foi enriquecedor, pois "Justiça é humanidade", e se a sociedade não se vê acolhida pela Justiça, tem que haver transformação, e o processo de aproximação a sociedade contribui para essa transformação.

🔄 Print da reunião



ANEXO V - ATIVIDADE 5

➡ Lista de presença

Magistrado 2º grau

1. Desembargadora Waldirene Cordeiro – Presidenta do TJAC

Servidores

1. Raimundo Angelim – DIGES/TJAC
2. Ana Paula Batalha – DIINS
3. Clodomiro - Cerimonial TJAC Rio Branco
4. Evandro Luzia – DIGES/TJAC
5. Júlio César da Silva Gomes - COGER/GEAUX
6. Rádio – DIINS/TJAC
7. Silvia Brilhante – DIGES/TJAC

Operadores do Direito

1. Ildon Maximiano - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)
2. Erick Venâncio – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre (OAB/AC)
3. João Paulo Setti - Procurador Geral da Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC)
4. James Antunes - Procurador Geral Adjunto da Procuradoria-Geral do Município de Rio Branco (PGM Rio Branco)
5. Raphael Sanson - Procurador Geral da Procuradoria-Geral do Município de Cruzeiro do Sul (PGM Cruzeiro do Sul)
6. Josemar Portes – Diretor Geral da Polícia Civil

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA: Encontro com operadores do direito - Construção de cenário para: elaboração do Plano Estratégico (PE) TJAC 2021-2026; e das Metas Nacionais 2022

LOCAL

Reunião remota via Google Meet

DATA

20/04/2021

HORÁRIO

De 15h

Às 16h30

PAUTA

Consulta a parceiros - Operadores do Direito do Sistema de Justiça do Estado do Acre - para contribuir com o Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Estado do Acre (PJAC) 2021-2026 e com a construção das Metas Nacionais 2022

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A reunião aconteceu com o objetivo de garantir o processo participativo na elaboração do Planejamento Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026; e ainda propiciar aos parceiros do Sistema de Justiça participarem do processo de discussão para elaboração as Metas Nacionais 2022. Para tanto, foi realizada consulta por meio de encontro virtual com 6 (seis) entidades que integram o Sistema de Justiça do Estado do Acre, parceiras do TJAC, visando:

- Conhecer as percepções sociais da sociedade referentes ao TJ Acre;



Gestão Participativa

- Contribuir com o processo de construção do cenário da Instituição;
- Colher propostas e sugestões que poderão ser incorporadas ao PE;
- Colher sugestões que poderão aprimorar as Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Participaram do encontro 14 pessoas, de 6 instituições com representação de todo o Estado do Acre: Ministério Público-MPAC, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/AC, Procuradoria Geral do Estado PGE, Polícia Civil, 2 Procuradorias Gerais de Municípios PGMs – de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul.

A reunião foi aberta pela Presidenta do TJAC, Desembargadora Waldirene Cordeiro, que apresentou o objetivo da reunião, destacando a importância de dialogar com as instituições que integram o Sistema de Justiça do Estado, e assim como o TJAC, têm a responsabilidade de entregar Justiça aos cidadãos.

Na sequência, destacou a decisão de elaborar o PE do PJAC pelos próprios servidores da Casa, seguindo as orientações do CNJ, ressaltando que na gestão pública, “planejar” sempre dará o melhor resultado, a partir da visão dos servidores e das instituições parceiras. Afirmou que “se não sabemos para onde queremos ir, qualquer caminho serve” (Lewis Carol, Alice no país das maravilhas). Em sendo assim, o PE do PJAC deve estar alinhado com as Estratégia Nacional, e, por conseguinte, com o alcance das Metas Nacionais.

O PE, portanto, nos dirá para onde queremos ir no horizonte de 6 (seis) anos, com um TJAC com gestão eficiente, proativa, que respeita os direitos humanos e as questões ambientais, pois está na Amazônia, nos exige ter um olhar diferenciado para as questões ambientais. Finalizou sua intervenção com a frase: “O pessimista reclama do vento. O otimista espera que mude. O realista ajusta as velas e segue viagem” (William Arthur Ward).

Em seguimento, Raimundo Angelim, Diretor de Gestão Estratégica destacou o processo participativo adotado pela Presidência para elaboração do PE para o período 2021-2026, ressaltando sua importância, pois perpassará 3 (três) gestões do TJAC; e o compromisso de planejar para entregar uma Justiça acessível e célere, alicerçada com os princípios da sustentabilidade dos direitos humanos. Apresentou ainda, a linha do tempo do processo de elaboração do PE e como resultado das diversas consultas, a confluência de ideias vindas das sugestões dos servidores e da sociedade civil.

Em seguida, apresentou o desenho metodológico da construção de PE e as Metas Nacionais 2021 e conduziu as discussões, por meio de 3 perguntas orientadoras, estas tinham caráter livre e os participantes podiam responder via chat ou de forma oral:

- Qual a imagem temos hoje do TJ Acre?
- Quais sugestões podem melhorar e fortalecer a atuação institucional do TJAC na prestação de serviços?
- Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

As contribuições dos participantes estão resumidas no quadro a seguir:

PERGUNTA 1 Qual a imagem temos do TJ Acre?	PERGUNTA 2 Quais sugestões podem melhorar e fortalecer a atuação institucional do TJAC na prestação de serviços?
– Morosidade dos processos judiciais, sobrecarga de serviços, dificuldades estruturais, restrições financeiras	– Procurar formas alternativas para mediação/resolução de conflitos que não as



(as resoluções dos problemas demandam muitos custos); - É faltoso na questão e atendimento às vítimas; - Dificuldade pelo grande volume processual; - Percebe-se a instituição como célere comparando-a com outros estados; - A comunicação social precisa melhorar, pois existem grandes decisões tomadas pelo TJAC que poderiam ser compartilhadas com a sociedade, aumentando a visibilidade e percepção da importância da Instituição; - Inspira confiança, seriedade e é enxuto, quando comparado aos demais (no entanto, ser enxuto pode ser um dos fatores que causa morosidade); - Diversidade de decisões no juizado, não há uniformidade de jurisprudência; - Prestação efetiva e que traz segurança; - Sistemas utilizados pelas instituições do sistema judiciário não são compatíveis (inclusão de inquéritos no sistema, audiências de custódia... nem sempre devem ser atribuições de parceiros); - O Poder Judiciário do Acre já é referência na virtualização de seus processos, mas o processo de modernização precisa continuar avançando; - Grande estreitamento do TJAC com o interior, utiliza as tecnologias para aproximar as comarcas do interior do Estado (audiências remotas, encontros virtuais)	tradicionais, nem sempre envolvendo o judiciário - resoluções extrajudiciais - (a OAB se coloca à disposição para conscientizar os profissionais da advocacia); - Ter especial atenção ao recepcionar pessoas que são vítimas de violência ou com outros direitos violados (protocolo da ONU) - a vítima precisa deixar de ser uma testemunha desqualificada, pessoas que fazem o atendimento devem ser capacitadas; - Traçar estratégia de comunicação social para valorizar a justiça e se comunicar melhor com a sociedade; - Captar boas práticas em outros tribunais para replicar; - O TJ deve buscar convergência de decisões e fortalecer a atuação pela uniformidade de jurisprudência, trabalhar com precedentes de forma mais intensa; - Utilizar ferramentas tecnológicas compatíveis entre as instituições; - Virtualização de todos inquéritos; - Programas de conciliações fiscais de várias instituições devem coincidir com semana da conciliação; - Aperfeiçoar e ampliar o uso das ferramentas remotas.
--	---

PERGUNTA 3

Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

- Houve total concordância na permanência de que todas as Metas Nacionais apresentadas continuem sendo priorizadas em 2022

De forma geral, houve, por parte dos participantes um sentimento de contentamento com a iniciativa pioneira em consultá-los, ato que foi parabenizado por todos e elogiado pela inovação, todos se colocaram à disposição para cooperar.

A Desembargadora Presidenta finalizou o encontro agradecendo a disposição de todos em participar do importante momento para o TJAC, que é a elaboração do seu Planejamento Estratégico para um ciclo de 6 anos, e enfatizou que as instituições presentes integram uma grande engrenagem, a engrenagem da Justiça, e que se uma instituição falha, toda a Sociedade perde.

➡ Print da reunião





ANEXO VI - ATIVIDADE 6

➡ Lista de presença

Magistrados 2º grau

1. Desembargadora Waldirene Cordeiro – Presidenta do TJAC
2. Desembargador Roberto Barros – Vice-presidente do TJAC
3. Desembargadora Eva Evangelista
4. Desembargador Samoel Evangelista
5. Desembargadora Regina Ferrari
6. Desembargador Laudivon Nogueira
7. Desembargador Luis Camolez

Servidores

1. Raimundo Angelim – DIGES
2. Célio Rodrigues – COGER/GEAUX
3. Clodomiro – Cerimonial TJAC
4. Evandro Luzia – DIGES
5. João Thaumaturgo Neto – Assessoria da Vice-presidência
6. Josué Santos - DIGES
7. Lina – Cerimonial TJAC
8. Sílvia Brilhante – DIGES

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA: Reunião com desembargadores para: - elaboração do Plano Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026; e - contribuições com construção das Metas Nacionais 2022

LOCAL	DATA	HORÁRIO	
Reunião virtual via Google Meet	23/04/2021	De 14h	Às 16h

PAUTA

Apresentar macrodesafios e colher sugestões para elaboração do Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Estado do Acre (PJAC) 2021-2026 e das Metas Nacionais 2022

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A reunião aconteceu com o objetivo de garantir o processo participativo; e elaborar propostas e colher sugestões que poderão ser incorporadas ao Planejamento Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026, e contribuir com a construção das Metas Nacionais 2022. Para tanto, foi realizada consulta por meio de encontro virtual com os desembargadores do TJAC. Participaram do encontro 15 pessoas. A reunião foi aberta pela Presidenta do TJAC, Desembargadora Waldirene Cordeiro, que apresentou o objetivo da reunião, a quantidade de pessoas consultadas e os segmentos que já foram ouvidos durante o processo de elaboração iniciado em março de 2021.

Na sequência, o Desembargador Roberto Barros, Vice-presidente do TJAC, discorreu sobre a importância do planejamento para uma instituição e destacou a decisão da elaboração do PE do TJAC, para o ciclo 2021-2026, ser realizada pelos próprios servidores da Casa, a partir das orientações



do CNJ, para tanto, senso necessário revisar as Metas Nacionais 2022 que devem ser orientadoras do PE do PJAC. A decisão se realizar o PE da Casa pelos servidores se deu em função do momento de maturidade institucional, pois os servidores já participaram da elaboração de planejamentos estratégicos de outros dois ciclos anteriores; pela capacidade técnica dos servidores; e ainda, em função do cenário econômico de escassez de recursos.

Em seguimento, Raimundo Angelim, Diretor de Gestão Estratégica destacou o processo participativo adotado pela Presidência para elaboração do PE para o período 2021-2026, ressaltando o ineditismo de realizar o PE pelos próprios servidores e ouvindo, de forma participativa, a sociedade e demais parceiros do TJ. Apresentou ainda, a linha do tempo do processo de elaboração do PE, ressaltando a confluência de ideias e sugestões dos servidores, sociedade civil e parceiros institucionais, resultantes das diversas consultas realizadas, e a necessidade de que estas estejam alinhada à Estratégia Nacional/Metas Nacionais.

Evandro Luzia, Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, apresentou os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, as Metas Nacionais 2021 e o primeiro desenho dos macrodesafios identificados para o PE do PJAC, destacando a sinergia entre os dois mapas de macrodesafios.

Raimundo Angelim, retomou a moderação e conduziu as discussões, por meio da seguinte pergunta orientadora:

- Quais propostas podem fortalecer a atuação institucional do TJAC?
- Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

As perguntas tiveram caráter livre e os desembargadores presentes fizeram suas contribuições de forma oral, cujas intervenções estão resumidas no quadro a seguir:

Quais propostas podem fortalecer a atuação institucional do TJAC?

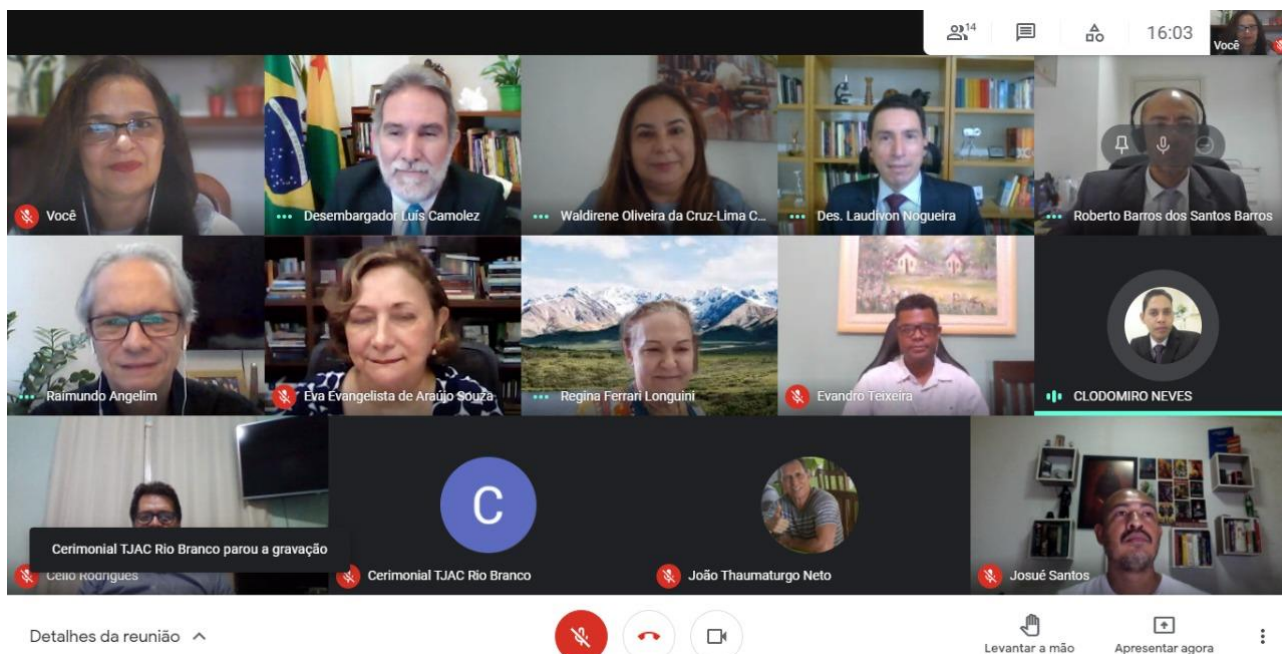
Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

- Ampliar as formas de conciliação para realizar resolução de conflitos;
- Investir ainda mais na valorização dos servidores, ampliar capacitações;
- Realizar atendimento mais humanizado (atender bem), estabelecer critérios para realização e atendimento ao público;
- Garantir qualidade no atendimento;
- Utilizar melhor as ferramentas (tecnológicas ou não) que estão disponíveis para poder oferecer um serviço ainda melhor;
- Desafios identificados são de grande magnitude, os Planos de Ação a serem definidos para enfrentá-los, tornam-se ainda mais importantes;
- Solucionar os gargalos da área meio, pois com esta resolução, os problemas da área fim, serão solucionados;
- Implantar uma administração gerencial, definida por processos de trabalho modelados: rotinas e processos definidos que tenham foco nos resultados desejados (manualização), o que deve ser implantado para todas as áreas;
- Realizar mapeamento de competências (banco de talentos) junto aos servidores e realizar lotação/definição de responsabilidades a partir do perfil identificado, devendo ainda haver preparo prévio para exercer as novas tarefas (terceirizar pode ser uma alternativa, mas também necessita de capacitação);
- Há necessidade ter um serviço permanente de manutenção predial (preventiva e não apenas corretiva);
- As novas obras devem ser adaptadas à nova realidade da Pandemia (Ainda há necessidade de tantos prédios, com a realidade do home office?);
- Melhorar a distribuição de servidores para evitar sobrecarga de serviço;

- Avaliar se, em alguns municípios, existe realmente a necessidade de instalar um fórum, ou se somente um posto avançado atende à demanda;
- Instalar salas de videoconferências em postos avançado, no interior;
- Investir em ambientes seguros na área de TI, serviços funcionando 24h. Investir em segurança dos dados, significa ter redundância de dados, de energia, de refrigeração e de hardware;
- Ampliar o uso de business intelligence (BI), disponibilizar painéis com dados (dashboard) para tomada de decisão da alta gestão (experiência em Rio Grande do Sul);
- Reestruturar a dinâmica administrativa
- Iniciar o uso de inteligência artificial;
- Consolidar o Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) e o Programa Justiça 4.0;
- Captar recursos para grandes projetos;
- Ampliar a divulgação dos serviços do TJAC junto à sociedade (aprimorar o uso das ferramentas tecnológicas de comunicação);
- A identidade visual do TJAC deve ser fortalecida, os simbolismos devem ser resgatados, desde o uso de logomarcas, adesivos em carros, até símbolos nos ambientes físicos etc.;
- Identificar se há recursos específicos de combate à pandemia disponíveis para o TJAC;
- As Metas Nacionais 2021, capturam os principais problemas do poder judiciário e todas elas devem permanecer para o ano de 2022.

A Desembargadora Presidenta finalizou o encontro agradecendo a disposição de todos em participar do importante momento para o TJAC, que é a contribuição com as Metas Nacionais 2022 e elaboração do seu Planejamento Estratégico 2021-2026, ressaltando que o PE é o vetor para que tudo possa acontecer, mas previamente é necessário saber onde se quer chegar.

➡ Print da reunião





ANEXO VII - ATIVIDADE 7

➡ Lista de presença

Magistrados 2º grau

1. Desembargadora Waldirene Cordeiro – Presidenta do TJAC
2. Desembargador Roberto Barros – Vice-presidente do TJAC
3. Desembargador Elcio Mendes – Corregedor-geral do TJAC

Magistrados 1º grau

1. Adamarcia Machado
2. Adimaura Cruz
3. Ana Paula Saboya
4. Alesson Braz
5. Anastácio Meneses
6. Andrea Brito
7. Carolina Bragança
8. Cloves Ferreira
9. Clovis Lodi
10. Danniel Bomfim
11. Erik Farhat
12. Fernando Nóbrega
13. Flávio Mundim
14. Gilberto Matos
15. Giordane Dourado
16. Hugo Torquato
17. Isabelle Sacramento
18. Joelma Nogueira
19. José Wagner
20. Junior Vilela
21. Leandro Gross
22. Lilian Deise
23. Luana Campos
24. Luis Pinto
25. Maha Manasfi
26. Marcelo Carvalho
27. Maria Rosinete
28. Marlon Machado
29. Mirla Regina
30. Olívia Ribeiro
31. Rafael Souza
32. Raimundo Nonato
33. Robson Aleixo
34. Shirlei Hage
35. Thais Khalil
36. Zenair Bueno



37. Zenice Mota

Servidores

1. Raimundo Angelim – DIGES
2. Ana Paula Batalha - DIINS
3. Ângelo – Cerimonial TJAC
4. Arnaldo Souza - NUEGE
5. Célio Rodrigues – COGER/GEAUX
6. Clodomiro – Cerimonial TJAC
7. Evandro Luzia – DIGES
8. João Thaumaturgo Neto – Assessoria da Vice-presidência
9. Júlio Gomes - COGER/GEAUX
10. Mário Luís - DIGES
11. Sílvia Brilhante – DIGES

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA: Reunião com juízes para elaboração do Plano Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026 e contribuições com as Metas Nacionais 2022

LOCAL

Reunião virtual via Google Meet

DATA

27/04/2021

HORÁRIO

De 15h

Às 17h20

PAUTA

Apresentar macrodesafios e colher sugestões para elaboração do Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Estado do Acre (PJAC) 2021-2026 e Metas Nacionais 2022

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A reunião aconteceu com o objetivo de garantir o processo participativo; colher propostas e sugestões que poderão ser incorporadas ao Planejamento Estratégico (PE) do TJAC 2021-2026, e contribuir com o aprimoramento das Metas Nacionais 2022. Para tanto, foi realizada consulta por meio de encontro virtual com os juízes e juízas do TJAC. Participaram do encontro 51 pessoas (3 desembargadores, 37 juízes e 11 servidores).

A reunião foi aberta pela Presidenta do TJAC, Desembargadora Waldirene Cordeiro, que apresentou o objetivo da reunião, a quantidade de pessoas consultadas e os segmentos que já foram ouvidos durante o processo de oitivas iniciado em março de 2021. Destacou a importância do PE para a instituição, como um instrumento de gestão com alta capacidade transformadora, destacou ainda o diferencial da elaboração do PE para o ciclo 2021-2026, que está sendo realizado pelos servidores da Casa, e a importância de que o processo esteja alinhado à Estratégia Nacional e às Metas Nacionais 2022.

Na sequência, o Desembargador Roberto Barros, Vice-presidente do TJAC, discorreu sobre a importância do planejamento para uma instituição e apontou o desafio de realizar a elaboração do PE do TJAC para o ciclo 2021-2026 em situação diferente da normalidade no que se refere às questões sanitárias, destacou a importância do encontro como o momento de “ouvir” aquelas pessoas que integram o Sistema de Justiça do Estado.



O Desembargador Elcio Mendes, Corregedor-Geral, parabenizou a equipe do TJAC que está empenhada em elaborar o PE e os juízes e juízas que se propuseram a contribuir com o processo de construção de um Judiciário cada vez mais forte.

A palavra foi facultada para Dra. Maria Rosinete dos Reis Silva, Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC), que como os demais, ressaltou a importância daquele encontro e da oportunidade de contribuir com o PE do PJAC e com a Estratégia Nacional, por meio da contribuição com a construção das Metas Nacionais 2022.

Em seguimento, Raimundo Angelim, Diretor de Gestão Estratégica destacou o processo participativo adotado pela Presidência para elaboração do PE para o período 2021-2026, ressaltando o ineditismo de realizar o PE pelos próprios servidores e ouvindo, de forma participativa, os servidores, a sociedade e demais parceiros do TJ. Apresentou ainda, a linha do tempo do processo de elaboração do PE, ressaltando a confluência de ideias e sugestões dos servidores, sociedade civil e parceiros institucionais, resultantes das diversas consultas realizadas.

Evandro Luzia, Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, apresentou os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, as Metas Nacionais 2021 e o primeiro desenho dos macrodesafios já elaborado para o PE do PJAC, destacando a sinergia entre os dois mapas de macrodesafios.

O Desembargador Roberto Barros frisou o momento peculiar em que o PE está sendo elaborado, com condições sanitárias e financeiras tão difíceis e desafiadoras; destacando que o TJAC precisa continuar avançando, apesar das dificuldades relacionadas à quantidade de pessoal e parque computacional já defasado.

Raimundo Angelim, retomou a moderação e conduziu as discussões, por meio das seguintes perguntas orientadoras:

- Quais propostas podem fortalecer a atuação institucional do TJAC?
- Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

As perguntas tiveram caráter livre e os juízes e juízas presentes fizeram suas contribuições de forma oral, cujas intervenções estão resumidas no quadro a seguir:

Quais propostas podem fortalecer a atuação institucional do TJAC?

Quais Metas Nacionais 2021 devem permanecer em 2022?

- A manutenção de forma geral (predial, equipamentos, veículos) deve ser priorizada para a otimização de recursos;
- Realizar análise diagnóstica das demandas jurisdicionais, a partir desta análise decidir sobre a ampliação de unidades do judiciário e especialização de juizados; não se pode esperar estrangular para tomar medidas. O aumento da confiança no judiciário, resulta no aumento da demanda do Judiciário;
- A manutenção dos equipamentos de informática é premente, pois estão obsoletos, a conexão/internet é instável, fatos que quando somados, prejudicam a produtividade; um TJ que tem processos 100% eletrônicos, tem necessidade de investir de forma contínua nesta área;
- Valorizar os servidores, que estão desestimulados, condição ampliada no contexto da Pandemia, os servidores tiveram muitas perdas de familiares/amigos, houve também perda de servidores e, muitos, adoeceram. Implementar políticas de valorização dos servidores;
- Avaliar a implantação do PJe, pois não há boas referências deste Sistema, além de que necessita de elevado suporte especializado para seu uso;

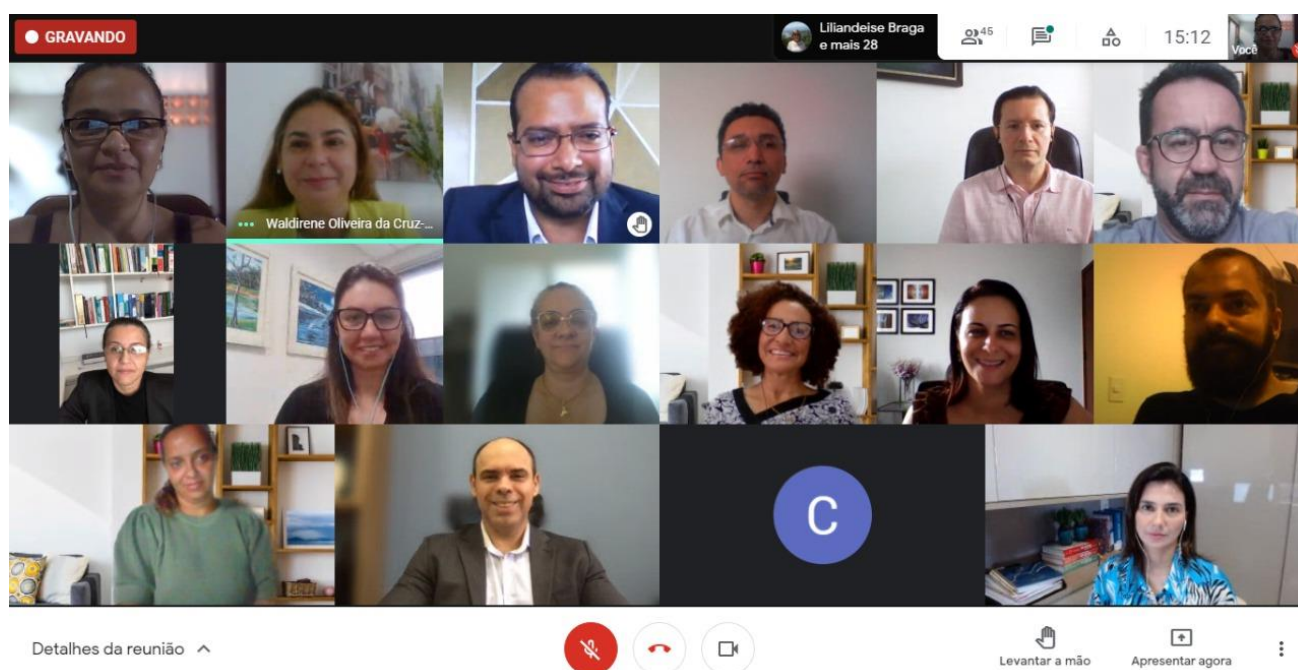


- Aperfeiçoar a gestão de contratos e suporte para atividades do Juri: resolver questões de vigência de contratos de serviços contínuos, há morosidade na nomeação de novos membros para compor as turmas. As ferramentas administrativas devem priorizar para que o magistrado possa atuar, oferecendo serviços para sociedade; juris que são alongados não se tem contrato de hotel; oferta de alimentos para o júri, aquisição de pilhas, são pequenos entraves que influem nos resultados dos serviços;
- As ações previstas nos PEs anteriores são claras e bem alinhadas ao planejamento nacional, o que existe é dificuldade na execução do PE, outros tribunais adotaram a elaboração de um portfólio de projetos para anos subsequentes, projetos devem ter continuidade – projetos estratégicos;
- O momento atual é de grande transformação para uso das tecnologias Res. CNJ 385/2021, é necessário modernizar o parque computacional; como avançar no uso de tecnologia sem causar a exclusão de uma grande parcela dos jurisdicionados (promover formas de inclusão digital para alguns jurisdicionados sem acesso à tecnologia);
- Criar varas em todo o Estado com competências diversas, concentrada na capital, a partir da Justiça 4.0 – implantar, sem prejuízo de acessibilidade, observando a realidade local – Norte;
- Fazer estudo de pessoal técnico, identificar as baixas e as necessidades, considerando as demandas, dando condições para as unidades terem capacidade operacional;
- Implantar um novo desenho do Judiciário com 'polos regionais' – estabelecer núcleos; secretarias unificadas. Traçar um desenho de governança ampla para 6 anos, prevendo os avanços tecnológicos que acontecerão neste período;
- Realizar estudos de redução de custos de manutenção nas Unidades, inclusive verificando qual a diminuição de custos com manutenção/custeio que aconteceu no período pandêmico;
- Melhorar a comunicação dos serviços e boas práticas do TJAC com a sociedade, por exemplo, o TJAC é 100% digital;
- Facilitar a aquisição de equipamentos tecnológicos para servidores e magistrados;
- Adotar o procedimento híbrido: de forma remota ou presencial para aqueles jurisdicionados que não tem acesso a ferramentas tecnológicas (excluídos digitais);
- Avaliar a substituição do eSAJ pelo PJe, verificar a possibilidade de manter os 2 sistemas;
- Alguns procedimentos ainda são arcaicos, por exemplo: comunicação com as partes (ainda existem intimações feitas por cartas de intimação);
- Implementar formas alternativas de conciliação, investir em prevenção do litígio;
- Incluir nas premissas do planejamento, a realidade imposta pela Pandemia, considerar essa variável impactante, pois tem reflexo em todos os setores: tecnologia, capacitações, estruturas físicas, saúde mental/emocional, formas de trabalho (híbrido, home office) – vencer a cultura organizacional de 'horário de expediente';
- Realizar estudos para ampliar a arrecadação e gestão dos recursos próprios do TJ (fonte 700), avaliar como está sendo utilizado este recurso. Qual o volume?
- Revisar o PCCR - revisão salarial de alguns cargos (diretores de secretaria) e cargos temporários estão defasados, difícil atrair servidores para assumir cargos;
- Fortalecer política de conciliação;
- Estabelecer um programa de estágio;
- Implementar capacitações específicas para uso dos programas adotados pelo TJAC;
- Adotar a boa prática do TJRO: CPU Central de Processos Unificados que otimiza recursos, (pessoal, infraestrutura);
- Estabelecer isonomia e equivalência de forças entre as unidades (existem comarcas com apenas 1 servidor ou não possuem veículo para os serviços);
- Fomentar gestão da qualidade de dados para tomar decisões mais assertivas em relação aos dados jurisdicionais;

- Adotar práticas de desenvolvimento de TI, alinhadas ao Sistema Nacional;
- Promover a humanização das relações de trabalho e da qualidade de vida dos servidores, pois são as pessoas que utilizam as ferramentas tecnológicas.

O Desembargador Vice-presidente finalizou o encontro, agradecendo a disposição de todos em participar do importante momento para o TJAC, que é a elaboração do seu Planejamento Estratégico 2021-2026 e da contribuição com as Metas Nacionais 2022, ressaltando que administrar/fazer gestão é a arte de fazer com o que se tem, a melhor entrega possível, e isso só é possível quando se pode contar com o empenho de todos.

➡ Print da reunião





ANEXO VIII - ATIVIDADE 8

➡ Lista de presença

Servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

1. Evandro Luzia Teixeira

Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

2. Carlson Uchôa Pinto
3. Job Duarte Moraes

Servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

4. Maria Eleonora Brandão Castelo Branco

Servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

5. Luciana Sá Fernandes

Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

6. Felipe Pinheiro dos Santos
7. Rosimeire Moreira Ferreira

Servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

8. Veruska Anny Lobo

Servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

9. João Ornato Benigno Brito



Registro de Reunião

REUNIÃO DO SUBCOMITÊ NORTE DA JUSTIÇA ESTADUAL

ELABORAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2022

Data: 8/6/2021

Horário: 11h

Local: Videoconferência (ferramenta Zoom)

Tribunais participantes: TJAC, TJAP, TJAM, TJTO, TJRR, TJAC, TJPA e TJRO.

Pauta:

- Metas Nacionais do Poder Judiciário – ano 2022

Proposta Inicial de Metas Nacionais – PIME 2022

Pesquisa pública participativa – proposta TJBA

Encontro da Justiça Estadual

- Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Impugnação aos critérios do regulamento do Prêmio



Registro de reunião e Deliberações:

Com a palavra, o Servidor Job Moraes, como representante do TJAP, apresentou o tópico da Pesquisa Pública Participativa, cujo critério de avaliação fora mudado pela equipe estratégica do CNJ, sendo necessária realização de questionários individuais para o público interno e para o externo, assim sendo, após tratativas com o TJBA, responsável pela elaboração da Pesquisa Pública Participativa, foi proposto a realização de diferentes pesquisas, proposta essa que foi aceita pelo TJBA, assim atendendo ao critério de avaliação. Continuando com a palavra, o representante do TJAP, apresentou um panorama da pauta seguinte, o Encontro da Justiça Estadual, cujo objetivo foi informar que o TJDF, será o coordenador e realizará o Encontro nos moldes do que foi o último, organizado pelo TJBA. Prosseguindo com a reunião, tratou-se a respeito do Prêmio CNJ de Qualidade 2021, que em primeiro lugar, explanou sobre as Impugnações aos critérios do regulamento do Prêmio CNJ, sendo abordado a demora no resultado das impugnações. Sendo assim, foi sugerida, em reunião do Comitê Gestor da Justiça Estadual, a elaboração de proposta, cujo objetivo era o conhecimento prévio do resultado do Prêmio, para que os Tribunais pudessem realizar impugnações, a tempo de que os resultados explanados durante a apresentação oficial do Prêmio CNJ de Qualidade 2021 pudessem conter as referidas manifestações, sendo este o resultado final. Ainda sobre o Prêmio CNJ, foi informado que por meio da Portaria nº 151 de 2021 – CNJ, o prazo de impugnação ao edital das metas foi dilatado, deste modo, foi proposto a realização de reunião futura, para que se possa discutir sobre o edital tendo em mão as impugnações dos Tribunais, a fim de que, após consolidação tornasse oficial a proposta ao CNJ, na figura do Comitê, sem nenhuma divergência, ficou decidido que o comitê se reuniria até 15 do corrente para demais providências. Prosseguindo com a pauta PIME 2022, foi apresentado para todos os presentes, o cronograma do CNJ para o processo de formulação das metas nacionais junto aos tribunais, baseado neste, foi também apresentado o cronograma do comitê regional, neste processo de apresentação, foi explanado as etapas necessárias para o cumprimento do cronograma, com todos de acordo, prosseguiu-se com a proposta de metas para 2022, sendo abordado individualmente cada meta e sua peculiaridade para o próximo ano, sanando as dúvidas e abordando propostas para o futuro. Para findar, ocorreu uma troca de experiências e sugestões para o processo de formulação das metas nacionais. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e lavrada a presente ATA.



ANEXO IX - ATIVIDADE 9

➡ Lista de presença

Magistrado 2º grau

1. Desembargadora Regina Ferrari

Magistrado 1º grau

1. Dra. Andréa Brito
2. Dr. Robson Aleixo

Servidores

1. Evandro Luzia - DIGES/GEPLA
2. Jhenyffer Andrade – CIJ

Consultora

1. Pâmela Villela - CNJ

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) para discussão das Metas Nacionais 2022 e elaboração do Plano de Ação 2021-2022

LOCAL

Reunião virtual via GoogleMeet

DATA

21/06/2021

HORÁRIO

9h às 11h

OBJETIVO / PAUTA

1. *Apresentação da proposta do Plano Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026;*
2. *Discussão sobre as Metas Nacionais 2022: - Proposta de nova Meta relativa à Infância e à Juventude para o tema Infância e Juventude;*
3. *Elaboração de Plano de Ação articulado com as Metas Nacionais.*

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

O desenvolvimento da reunião seguiu a ordem proposta na pauta.

A Desembargadora Regina Ferrari fez as considerações iniciais da reunião, identificou o objetivo da mesma e as orientações metodológicas e ressaltou a importância da reunião para o Tribunal de Justiça do Acre.

Dra. Andréa Brito apresentou os motivos da pauta e justificou a importância da articulação do tema Planejamento Estratégico, o cumprimento das Metas, incluindo contribuições para as Metas em elaboração para o ano de 2022 e a compatibilidade do Plano de Ação do tema Infância e Adolescência com estas Metas, a partir da análise do Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) 2022.

Evandro Luzia, Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, informou sobre a metodologia adotada para elaboração do Planejamento Estratégico, apresentou os Mapas Estratégicos Local e Nacional, destacando a sinergia e alinhamento existente entre eles, bem como falou da articulação entre os macrodesafios que envolvem a política de atendimento e acompanhamento da Infância e Juventude e sua articulação com as Metas Nacionais, em especial para 2022, pois



o PIME apresenta a proposta de uma Meta Nacional nova específica para este tema: Proposta nova: “Priorizar o julgamento dos processos relativos à Infância e Juventude e estruturar onde tramitam essas ações”.

A consultora Pâmela Villela expôs sobre os desafios de atender à proposta, por meio do plano de ação já existente, o qual merece atenção como desafio institucional, bem como o acompanhamento no processo de reelaboração e execução. Segundo ela, trata-se de organização das ações com vistas aos resultados propostos, seguindo as Diretrizes Nacionais do CNJ.

Foi apresentada uma reflexão conceitual sobre o ato de organizar tais atividades tendo em vista a realidade do Estado e a importância que está sendo dada pelo CNJ ao tema.

Apresentação ideia conceitual: Foi salientado a importância da ampla participação, tanto dos servidores quanto dos usuários, entendendo de que é um princípio da participação e em consonância com as resoluções, especialmente a 325 do CNJ. A Dra. Andréa Brito informou de que serão observadas as formas e métodos e que se de atentar aos objetivos estratégicos, Metas, Ações, Indicadores, que deverão ser avaliados para apresentar junto ao CNJ, nesse sentido caberia aprofundar no conceito do plano de ação, da a sua importância e articulação com outras áreas, inclusive com o GMF.

Apresentação da metodologia: Para a organização da proposta local, Evandro Luzia apresentou uma planilha operacional para organização do Plano. Quanto às Metas Nacionais 2022, a Desa. Regina Ferrari reafirmou a importância de construir ações articuladas dentro do TJAC, e cobrou para que fosse feita observando as Diretrizes do CNJ. Apontou para o compromisso de cada setor, aprovou a proposta das Metas Nacionais com a inclusão do tema Infância e Juventude para 2022.

IDEIAS GERAIS A SEREM OBSERVADAS COMO ENCAMINHAMENTOS:

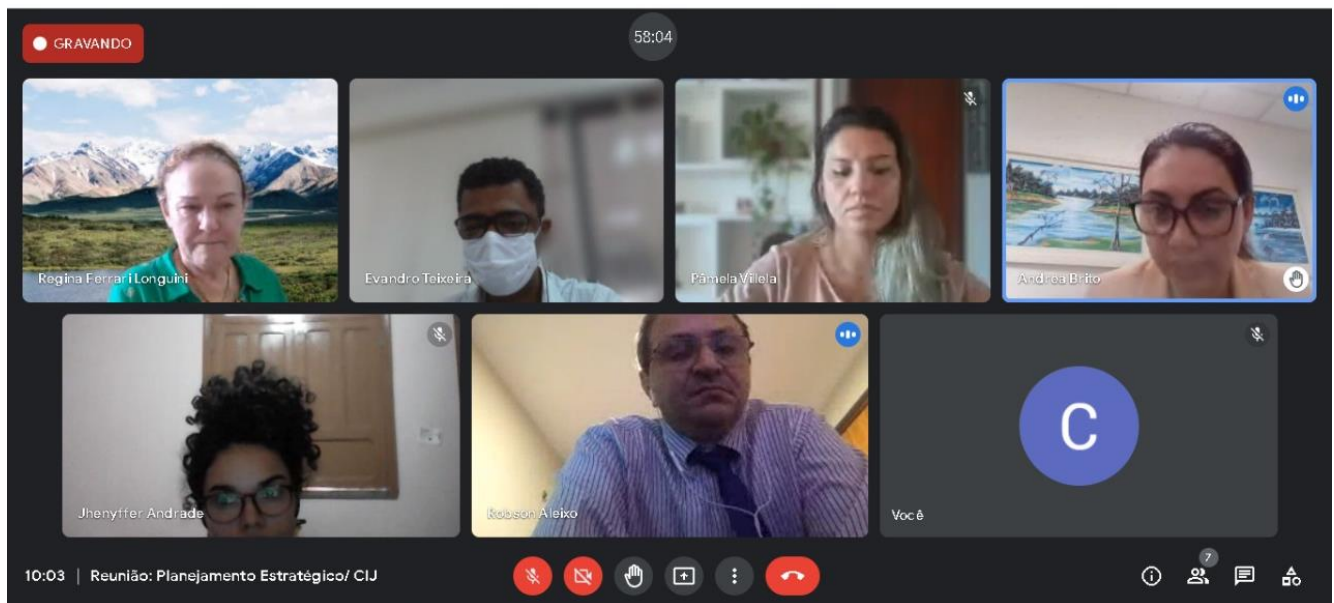
- Marcar reunião para alinhamento do Plano de Ação ao Planejamento Estratégico;
- Realizar reuniões para planejar as atividades operacionais necessárias para a execução do Plano;
- Reunir com demais setores, em especial com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), e garantir a presença de outros atores para apresentação das propostas e alinhamento das ações combinando às metas nacionais; e
- Seguir as orientações das Metas Nacionais, Macrodesafios Nacionais e Locais e seus indicadores, conforme a Resolução CNJ nº 325/2020.

Após as orientações, a Desa. Regina Ferrari solicitou que fosse dado esclarecimentos quanto às operações e se que agendassem as reuniões de trabalho para a planilha operacional.



Gestão Participativa

➡ Print da reunião





ANEXO X - ATIVIDADE 10

➡ Lista de presença

Magistrado 2º grau

1. Desembargadora Regina Ferrari
2. Desembargador Samoel Evangelista

Magistrado 1º grau

1. Dra. Andréa Brito
2. Dr. Robson Aleixo

Servidores

1. Raimundo Angelim - DIGES
2. Evandro Luzia - DIGES/GEPLA
3. Silvia Brilhante – DIGES/GEPLA
4. Débora Nogueira – GMF
5. Jhenyffer Andrade – CIJ

Consultores

1. Pâmela Villela – CNJ
2. Victor Neiva - CNJ

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Reunião com Magistrados do Tribunal de Justiça do Acre, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e servidores para discussão das Metas Nacionais 2022 e elaboração do Plano de Ação 2021-2022

LOCAL	DATA	HORÁRIO
Reunião virtual via GoogleMeet	29/06/2021	16h às 18h40

OBJETIVO / PAUTA

1. Apresentação da proposta do Plano Estratégico (PE) do PJAC 2021-2026;
2. Discussão sobre as Metas Nacionais 2022;
3. Elaboração de Plano de Ação do GMF articulado com as Metas Nacionais.

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

O desenvolvimento da reunião seguiu a ordem proposta na pauta.

Dra. Andréa Brito apresentou os motivos da pauta e justificou a importância da articulação do Planejamento Estratégico, o cumprimento das Metas Nacionais, incluindo contribuições para as Metas em elaboração para o ano de 2022 e a compatibilidade dos Planos de Ação do tema Infância e Adolescência e do GMF com estas Metas, a partir da análise do Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) 2022.

A Desembargadora Regina Ferrari e o Desembargador Samoel Evangelista cumprimentaram a todos e se colocaram à disposição para apreciar e deliberar quais ações integrariam os Planos de Ação dos temas, considerando o alinhamento destas ações para contribuir com

o cumprimento das Metas Nacionais e do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Raimundo Angelim, Diretor de Gestão Estratégica, informou sobre a metodologia adotada para elaboração do Planejamento Estratégico e ressaltou a fase de detalhamento deste PE a partir da construção dos Planos Operacionais das unidades administrativas e judiciárias do TJAC. Na sequência, Evandro Luzia, Gerente de Planejamento Estratégico e Orçamento, apresentou os Mapas Estratégicos Local e Nacional, destacando a sinergia e alinhamento existente entre eles.

Os consultores Pâmela Villela e Victor Neiva apresentaram as ações constantes do Plano Executivo Estadual FAZENDO JUSTIÇA ACRE, o qual foi estruturado em 4 eixos: Eixo 1 – Proporcionalidade Penal; Eixo 2 - Socioeducativo; Eixo 3 – Cidadania; e Eixo 4 – Sistemas e Identificação, as quais serviram de base para estruturar os Planos Operativos dos temas: Infância e Adolescência; e GMF.

As ações foram discutidas pelos magistrados, escolhendo aquelas de competência do TJAC e que contribuíssem com o Plano Estratégico 2021-2016 do PJAC e com as Metas Nacionais, considerando também o PIME 2022, pois os Planos de Ação compreendem os anos de 2021 e 2022.

Foram discutidos os Eixos 1 e 2, cujo resultado estão registrados de forma resumida em tabelas apresentadas na sequência.

PLANO EXECUTIVO DO ESTADO DO ACRE (AC)	
EIXO 1: PROPORCIONALIDADE PENAL	
INICIATIVAS	ENTREGAS PACTUADAS
Audiência de Custódia	Fomento aos parâmetros nacionais para fortalecimento da audiência de custódia (webinários, workshops, cursos e Altos Estudos em Audiência de Custódia), pensando na territorialidade da capital e interior do estado.
	Aperfeiçoamento de serviços, fluxos e procedimentos da audiência de custódia
	Melhoria dos espaços arquitetônicos da audiência de custódia
	Implementação de ações de prevenção e combate à tortura e maus-tratos
	Implementação de ações de proteção social no âmbito das audiências de custódia
	Fortalecimento do uso de dados e informações padronizadas
	Fortalecimento da Vara com competência para acompanhamento das Alternativas Penais
	Apoio ao Poder Executivo para início das atividades no interior e fortalecimento da Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) de Rio Branco
	Articulação para implantação e/ou qualificação de fluxos de trabalho entre as Varas e a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP)
	Disseminação dos produtos de conhecimento da Política Nacional de Alternativas Penais para qualificação dos serviços locais
	Atualização da regulamentação local das Alternativas Penais conforme a política nacional



Alternativas Penais	Sustentabilidade e fortalecimento da política estadual de Alternativas Penais por meio do Comitê Estadual de Políticas Penais
	Articulação e fortalecimento de redes locais para o cumprimento das Alternativas Penais
Justiça Restaurativa	Criação de órgão de macrogestão em Justiça Restaurativa no Tribunal
	Instituição de projetos locais de Justiça Restaurativa no Tribunal
	Fortalecimento de equipe mínima designada pelo Tribunal para desenvolvimento do projeto de Justiça Restaurativa
	Mapeamento e fortalecimento de redes locais parceiras
	Desenvolvimento de processos formativos em Justiça Restaurativa
	Instituição de espaço para desenvolvimento das práticas restaurativas nos tribunais
	Instituição de grupo de governança interinstitucional local
	Monitoramento e avaliação do projeto
Controle da Superpopulação Carcerária	Acesso em tempo real aos dados sobre capacidade e ocupação de vagas no sistema penal por parte dos magistrados
	Realização de processos formativos para qualificação sobre gestão de vagas no sistema penal

PLANO EXECUTIVO DO ESTADO DO ACRE (AC)	
EIXO 2: SOCIOEDUCATIVO	
INICIATIVAS	ENTREGAS PACTUADAS
Aperfeiçoamento do CNIUPS	Implementação do CNIUPS
	Gerenciamento da disponibilização de acessos no CNIUPS
	Realização das inspeções judiciais nos meios fechado e aberto do sistema socioeducativo
	Registro das inspeções judiciais no Cadastro Nacional (CNIUPS)
	Apoio e realização de processos formativos
	Monitoramento dos dados regionais e infográficos
Central de Vagas	Formação de grupo de trabalho local (articulação dos atores locais)
	Produção de normativa estadual
	Implementação da Central de Vagas
	Monitoramento do processo de implementação e produção de dados
Núcleo de Atendimento Integrado - NAI	Apoio institucional do Tribunal de Justiça para a implantação e fortalecimento do NAI (formação de Grupo de Trabalho local)
	Articulação para participação no NAI das secretarias estaduais e municipais de Saúde, Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura e Lazer, dentre outras, conforme definidas nos termos de cooperação técnica



		Integração do fluxo de atendimento dos órgãos e instituições que compõem o NAI
		Criação de um Comitê Interinstitucional para o NAI
	Audiência Concentrada	Elaboração de plano de ação no Tribunal de Justiça
		Implementação das audiências concentradas
		Elaboração de normativa para institucionalização das audiências concentradas no sistema socioeducativo
		Monitoramento dos resultados das audiências concentradas
		Facilitação e fomento do acesso e da participação das famílias na audiência concentrada em parceria com o órgão executor das medidas socioeducativas
	Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa	Pactuação da Implementação do Programa pelo Poder Executivo estadual
		Desenvolvimento da metodologia do Programa de Acompanhamento
		Formalização do Programa por meio de normativa estadual
		Articulação da rede para inserção de adolescentes nas políticas sociais do território
		Inserção de adolescentes nas políticas sociais (ex.: educação, aprendizagem, saúde, esporte e cultura)
		Monitoramento e avaliação do Programa
	Programas de profissionalização e aprendizagem no socioeducativo	Elaboração de planos estaduais de aprendizagem e profissionalização por meio de termo de cooperação técnica
		Mobilização de órgãos gestores do sistema socioeducativo e entidades parceiras públicas e privadas voltadas ao ensino e à educação profissional de adolescentes e jovens para pactuação do plano
		Fomento à criação de vagas entre os parceiros locais, conforme definição no Plano
		Realização de fiscalização das atividades de aprendizagem e profissionalização
	Plano Nacional de Fomento à Leitura	Execução de diagnóstico em Unidades Socioeducativas do Estado
		Articulação das ações do Plano Nacional de Fomento à Leitura aos planos estaduais de educação, cultura e outras ações de garantia de direitos voltados aos adolescentes e jovens privados de liberdade
		Mapeamento de ativos e mobilização da rede de organizações da sociedade civil para implementação de ações e projetos no âmbito das unidades socioeducativas
		Implantação de estratégias e projetos para qualificação da leitura e universalização do acesso no sistema socioeducativo
		Monitoramento, avaliação e produção de dados sobre o tema, com destaque para o recorte de raça e gênero
	Justiça Restaurativa	Criação de órgão gestor em justiça restaurativa no Tribunal, com participação de magistrados que atuam na temática da justiça juvenil/ socioeducativo

	Instituição de projetos locais de justiça restaurativa nos Tribunais de Justiça
	Instituição de equipe mínima do Tribunal de Justiça para desenvolvimento do projeto, com participação de profissionais que atuem na justiça juvenil
	Mapeamento e fortalecimento de redes locais parceiras
	Desenvolvimento de processos formativos
	Institucionalização de atos normativos estaduais
	Instituição de espaço para desenvolvimento das Práticas restaurativas nos tribunais adequado ao atendimento a adolescente, de acordo com as diretrizes nacionais
	Articulação com o Sistema de Justiça, Poder Executivo e Sociedade Civil
	Execução do Projeto Rede Justiça Restaurativa
	Monitoramento e avaliação do Projeto

Os eixos 3 e 4 ficaram de ser discutidos em uma próxima reunião.

➡ Print da reunião





ANEXO XI - ATIVIDADE 11

➡ Lista de presença

Magistrado 1º grau

1. Dra. Andréa Brito
2. Dr. Robson Aleixo

Servidores

1. Evandro Luzia - DIGES/GEPLA
2. Silvia Brilhante – DIGES/GEPLA
3. Débora - GMF
4. Jhenyffer Andrade – CIJ

Consultora

1. Pâmela Villela - CNJ

➡ Ata de deliberações

IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Reunião com Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e Coordenadoria de Infância e Adolescência para elaboração dos Planos de Ação 2021-2022, alinhados às Metas Nacionais

LOCAL	DATA	HORÁRIO
Reunião virtual via GoogleMeet	02/07/2021	16h às 17h

OBJETIVO / PAUTA

1. *Elaboração dos Planos de Ação do GMF e CIJ, articulados com as Metas Nacionais.*

DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A reunião foi aberta pela Dra. Andréa Brito que passou a palavra à consultora Pâmela Villela, que retomou a apresentação das ações constantes do Plano Executivo Estadual FAZENDO JUSTIÇA ACRE, o qual foi estruturado em 4 eixos: Eixo 1 – Proporcionalidade Penal; Eixo 2 – Socioeducativo; Eixo 3 – Cidadania; e Eixo 4 – Sistemas e Identificação, as quais serviram de base para estruturar os Planos Operativos dos temas: Infância e Adolescência; e GMF.

Dra. Andréa Brito e Dr. Robson Aleixo, representando a CIJ e o GMF, respectivamente discutiram e deliberaram sobre quais ações integrariam os Planos de Ação da CIJ e GMF, considerando o alinhamento destas ações para contribuir com o cumprimento das Metas Nacionais e do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre.

As ações foram discutidas pelos magistrados, escolhendo aquelas de competência do TJAC e que contribuíssem com o Plano Estratégico 2021-2016 do PJAC e com as Metas Nacionais, considerando também o PIME 2022, pois os Planos de Ação compreendem os anos de 2021 e 2022.

Consideram que os Eixos 1 e 2 foram discutidos em reunião anterior, foram retomadas as discussões a partir do Eixo 3 e Eixo 4, cujo resultado estão registrados de forma resumida em tabelas apresentadas na sequência.



PLANO EXECUTIVO DO ESTADO DO ACRE (AC)	
EIXO 3: CIDADANIA	
INICIATIVAS	ENTREGAS PACTUADAS
Articulação para o fortalecimento e qualificação dos Escritórios Sociais	Mobilização e participação nos processos de formação continuada
	Integração com os Núcleos de Cidadania da Cogna
	Mobilização de atores para participação em processos formativos de novas metodologias
	Implementação da Metodologia de Mobilização de Pré-egressos
	Implementação da Metodologia de Singularização e Gestão nos novos Escritórios Sociais
	Monitoramento, avaliação e produção de dados com recorte de raça e gênero dos Escritórios Sociais
	Articulação das políticas sociais municipais para atuação multidisciplinar junto aos Escritório Sociais
Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional	Pactuação e elaboração de planos de atuação da RAESP
Escritório Social Virtual	Articular arranjos locais para atualização do APP
Plano Nacional de Fomento ao Esporte e ao Lazer (Articulação)	Adoção de mecanismos de registro das atividades, em consonância com as normativas do CNJ
	Mapeamento de ativos e mobilização da rede de organizações da sociedade civil para implementação de ações
	Articulação para implantação de estratégias e projetos de esporte e lazer nas unidades prisionais
Plano Nacional de Fomento à Leitura (Articulação)	Execução de diagnóstico em Unidades Prisionais do Estado
	Articulação das ações do Plano Nacional de Fomento à Leitura aos planos estaduais de educação, cultura, trabalho e outras ações de garantia de direitos, incluindo articulação de projetos de acessibilidade, bibliotecas volantes, programas de audiobooks e livros digitais, entre outros
	Mapeamento de ativos e mobilização da rede de organizações da sociedade civil para implementação de ações e projetos no âmbito das unidades prisionais
	Implantação de estratégias e projetos para qualificação da leitura, para universalização do acesso e à remição de pena
	Monitoramento, avaliação e produção de dados sobre o tema, com destaque para o recorte de raça e gênero
Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda (Articulação)	Fiscalização pelo tribunal de justiça e ministério público do cumprimento da Resolução CNJ 307, Decreto 9.450/2018
	Articulação para elaboração de planos estaduais de trabalho e qualificação profissional, com instrumento de fomento (cotas e isenções)
	Mobilização de atores para implantação de programa de economia solidária
	Articulação para elaboração de arranjos produtivos locais e implantação de cooperativas sociais



		Mobilização para implantação de cooperativa da H360	
	Inovação em modelos de oferta de educação dentro e fora das prisões	Mobilização para implantação do Lab360	
	Estratégia Judiciária para Fortalecimento da PNAISP	Fomento à adoção de arranjos institucionais para implementação das ações e estratégias do Plano, assegurando a universalização do acesso à saúde em espaços de privação de liberdade e o fortalecimento da PNAISP Articulação, em âmbito local, para atuação interdisciplinar entre saúde, justiça criminal e assistência, por meio de equipes conectoras (EAP) e equipes de saúde de unidades prisionais Articulação para implantação da ação de desinstitucionalização dos pacientes judiciários Articulação, em âmbito local, com a rede de saúde (RAS, RAPs) e assistência social (SUAS) para apoio às ações destinadas aos pacientes judiciários e às pessoas presas Articulação para implementação e fortalecimento das equipes da PNAISP e respectivos grupos condutores Articulação de atores para participação nos processos formativos	
	Qualificação das inspeções judiciais e enfrentamento à tortura nos ambientes de privação de liberdade	Realização das inspeções judiciais e encontros com juízes execução/auxiliares corregedores de unidades Registro das inspeções judiciais no CNIEP Articulação com Poder Executivo e rede social local para acompanhamento das violações identificadas Apoio para atuação das organizações de fiscalização e de controle social das prisões Aprimoramento do diálogo com a rede local, com especial destaque às instituições de participação e controle social Monitoramento dos dados regionais, com recorte de raça e gênero Mobilização da rede local, aprimorando e fortalecendo o diálogo com os Conselhos da Comunidade	
	Aprimoramento da gestão prisional	Mobilização de atores locais para participação em processos formativos com GMFs e outros atores relevantes	
	Fortalecimento da Participação Social na Execução Penal	Participação dos Conselhos da Comunidade e de representantes do Poder Judiciário nos processos formativos nacionais Adoção de estratégias para fortalecimento dos Conselhos da Comunidade, em observância ao Manual e Resolução do CNJ Fomento de ações articuladas com os GMFs para encaminhamento de denúncias e outros registros de violações Articulação com Poder Executivo e rede social local para acompanhamento das violações identificadas Articulações com Escritórios Sociais	

	Mobilização da rede local, aprimorando e fortalecendo o diálogo com os Conselhos da Comunidade
PLANO EXECUTIVO DO ESTADO DO ACRE (AC)	
EIXO 4: SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO	
INICIATIVAS	ENTREGAS PACTUADAS
Identificação biométrica	Entrega de 27 kits de coleta biométrica para o TJ, 08 Kits de coleta biométrica para a SJF e 13 kits de coleta biométrica para a IAPEN
	Capacitação para instalação e testes dos kits de coleta biométrica - EAD
	Capacitação para realização da coleta biométrica
	Conferência/certificação e registro das coletas biométricas na Porta de Entrada
	Conferência/certificação e registro das coletas biométricas do passivo
Articulação junto ao executivo, ações sociais para emissão da documentação civil	Disponibilização de acesso às funcionalidades no SEEU e à Plataforma CRC Jud para operabilização do fluxo de emissão de documentação civil
	Execução do fluxo de emissão de documentação civil para pré-egressos via SEEU
	Execução do fluxo de emissão de documentação civil integrado com a coleta biométrica

Após a deliberação sobre as ações dos Eixos 3 e 4, ficou encaminhado que as metas locais para cada ação e identificação dos parceiros seriam detalhadas, em momento posterior, pela equipe técnica. Dra. Andréa informou que a equipe da DIGES/GEPLA auxiliará a equipe na finalização dos Planos de Ação, pois estes devem se articular com o Plano Estratégico e com o cumprimento das Metas Nacionais, a partir da análise do Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) 2022.



ANEXO XII - ATIVIDADE 12

➔ Participantes

321 pessoas participaram da consulta pública e informaram pertencer aos seguintes perfis:

- 6 magistrados
- 253 servidores do TJAC
- 5 membros do MP
- 3 defensores públicos
- 3 advogados
- 51 cidadãos

➔ Resultados

RELATÓRIO SÍNTESE DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE A PROPOSTA INICIAL DE META NACIONAL (PIME) PARA 2022²

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. Desde a instituição da Portaria CNJ nº 138, de 23 de agosto de 2013, e posteriormente com a publicação da Portaria CNJ nº 59, de 23 de abril de 2019, que tratam da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, a gestão participativa é um aspecto considerado importante no processo de formulação de metas, uma vez que possibilita contemplar as opiniões plurais e a visão dos diversos segmentos e instâncias na modelagem do processo.

Neste ano, os 27 Tribunais Estaduais do Brasil se uniram mais uma vez, para, juntos, conduzirem o processo de Gestão Participativa, onde a sociedade e membros do sistema de justiça brasileiro puderam, de forma democrática, emitir suas opiniões e considerações acerca das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2022.

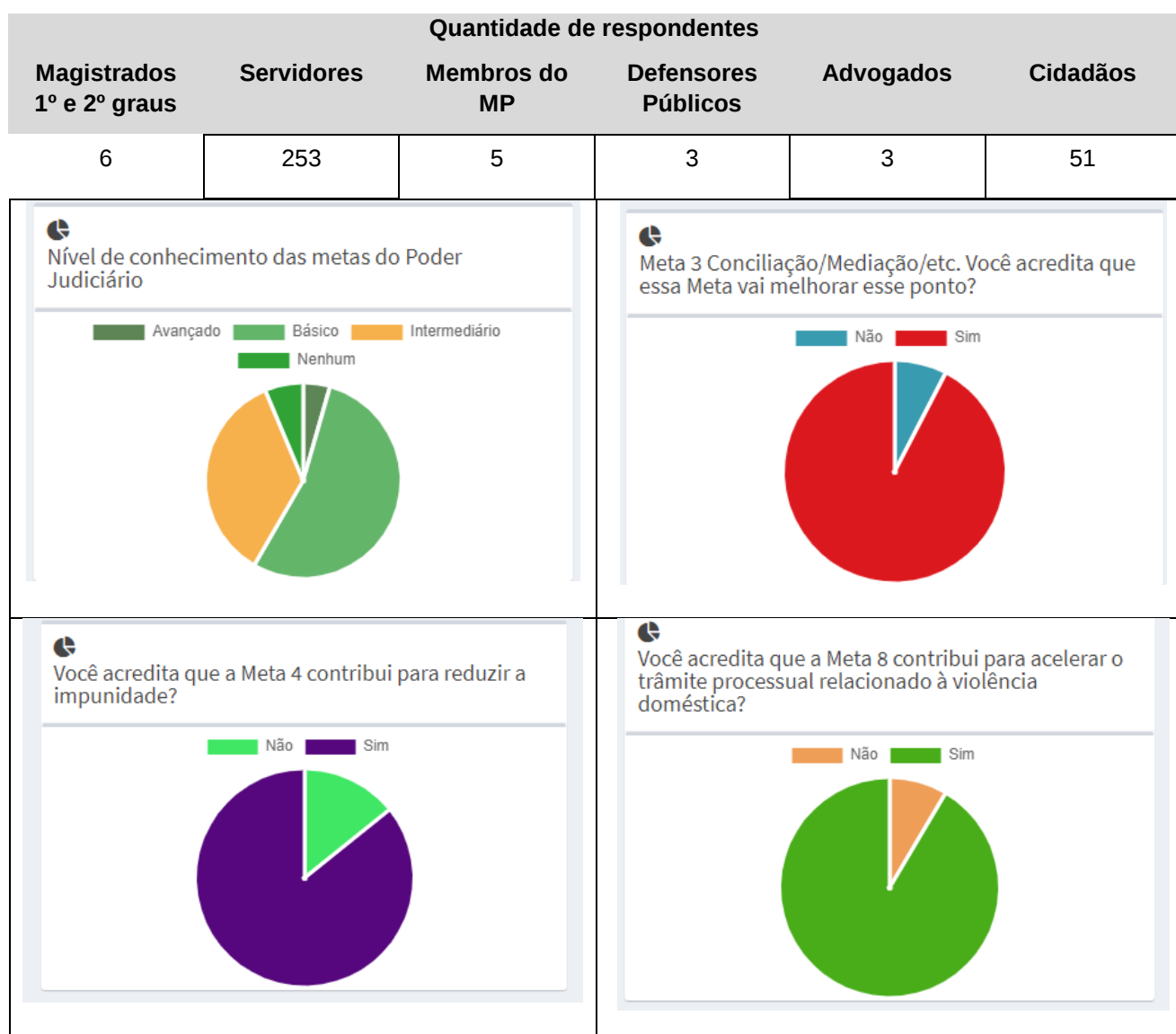
O Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) aderiu ao processo com o intuito de atender à estratégia de atuar de forma articulada aos demais Tribunais do país. A Consulta Pública, de ampla abrangência, incluindo a sociedade, ficou disponível pelo período de 05 a 18 de julho do corrente ano, por meio do link: <http://www5.tjba.jus.br/gestaoparticipativa/>.

² Os resultados foram extraídos do link: <http://www5.tjba.jus.br/dashgestaoparticipativa/index.php/volumetria>, em 19 de julho de 2021.

Foram 321 pessoas que responderam ao questionário, resultando na quarta melhor posição em quantidade de participantes, em números absolutos, quando comparado aos demais Estados. O resultado indicou o estímulo à participação por parte do público interno e externo do TJAC.

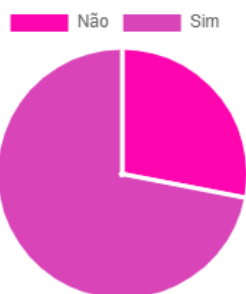
A seguir são apresentados os resultados para o TJAC, os dados estão apresentados de forma agregada para todos os perfis que responderam à pesquisa: magistrados, servidores, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, servidores do TJAC e cidadãos.

ESTATÍSTICAS DA PESQUISA POR RESPOSTA GERADAS

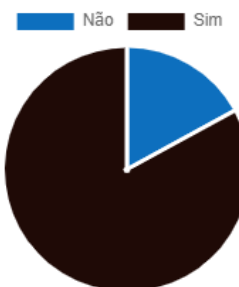




A Meta 9 visa integrar a Agenda 20/30 ao Poder Judiciário. Você considera isso relevante?

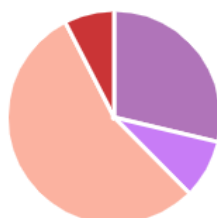


A Meta 12 visa impulsionar os processos de ações ambientais. Você considera isso relevante?



Impacto das Metas Nacionais do Poder Judiciário ?

■ Abaixo do nível esperado ■ Acima do nível esperado
■ Está no nível esperado ■ Não saberia opinar



META 3 "PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS"

■ Não, gostaria que o percentual fosse maior
■ Não, gostaria que o percentual fosse menor
■ Sim



META 4 "ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS"

■ Não, gostaria que o percentual fosse maior
■ Não, gostaria que o percentual fosse menor
■ Sim



Meta 5 "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL"

■ Não, gostaria que o percentual fosse maior
■ Não, gostaria que o percentual fosse menor
■ Sim





Meta 8 "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL"

■ Não, gostaria que o percentual fosse maior
■ Não, gostaria que o percentual fosse menor ■ Sim



Meta 9 ações de prevenção/desjudicialização de litígios voltadas aos ODS da Agenda 20/30. Você considera essa meta apropriada?

■ Não ■ Sim



Meta 12 - Identificar e julgar 25% dos processos relacionados às ações ambientais. Você considera essa meta apropriada?

■ Não ■ Sim



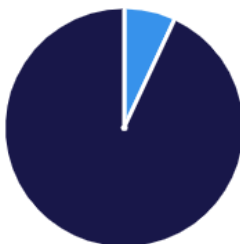
Você concorda com a inclusão do tema Infância e Juventude para 2022: Priorizar o julgamento dos processos relativos à Infância e Juventude e estruturar o local de tramitação dessas ações?

■ Não ■ Sim



Você concorda com a inclusão do tema Transformação Digital no Poder Judiciário para 2022: Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal?

■ Não ■ Sim



Em sua opinião, qual(is) Meta(s) deve(m) continuar em 2022?

■ Meta 3 ■ Meta 4 ■ Meta 5 ■ Meta 8
■ Meta 9 ■ Meta 12 ■ Não saberia informar

